

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA

Edital 34/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2025	200331-SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	CLAUDINEI CEOLA	19/05/2026 13:51 (v 0.11)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Capacitação	210/2025	08106.001504/2025-37

1. DO OBJETO



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 506, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-3850 / 3501 - <https://www.justica.gov.br>



PREGÃO ELETRÔNICO SRP

Nº 34/2025

CONTRATANTE

Secretaria Nacional de Segurança Pública - UASG 200331

OBJETO

Registro de Preços para contratação de serviços de ensino para formação de pilotos em vários níveis, tais como piloto privado e comercial de helicóptero, bem como Voo por Instrumentos e de emergência (TPE)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 121.257.093,78 (cento e vinte e um milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e noventa e três reais e setenta e oito centavos),

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

CONFORME DIVULGADO NO SITE WWW.COMPRASNET.GOV.BR

LOCAL

Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA

Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

SUMÁRIO

DO OBJETO

DO REGISTRO DE PREÇOS

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

DA FASE DE JULGAMENTO

DA FASE DE HABILITAÇÃO

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

DOS RECURSOS

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Torna-se público que o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, neste ato representada pela Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, sediado na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508, Zona Cívico Administrativa, na cidade de Brasília/DF, CEP 70.064-90, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de ensino para formação de pilotos em vários níveis, tais como piloto privado e comercial de helicóptero, bem como Voo por Instrumentos e de emergência (TPE), para atender a demanda da Coordenação de Aviação da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, no escopo do Plano Amas: "Segurança e Soberania", a serem executados SEM dedicação de mão de obra exclusiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. sociedades cooperativas;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A vedação de que trata o item 3.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não possui caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.7. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.8. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.9. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.10. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- 5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor unitário e total do item;
 - 6.1.2. quantidade cotada, devendo respeitar a totalidade do item / da contratação.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;**
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;**
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (Um real)
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá o modo de disputa aberto e fechado.
- 7.11. Para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se

enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1. empresas brasileiras;

7.20.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.5. O Pregoeiro ou Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.6. É facultado ao Pregoeiro ou Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro ou Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para sua desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital desde que possível a verificação de sua autenticidade

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes
- 9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas horas, para:
- 9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.
- 9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:
- a) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou
 - b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

- 10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
 - 10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - 11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 11.9. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, sendo necessário solicitar o acesso através de peticionamento eletrônico, no sítio https://www.gov.br/mj/pt-br/canais_atendimento/sei-servicoeletronico-de-informacoes.

Para tanto, seguir o passo a passo abaixo:

Peça acesso externo seguindo os passos abaixo:

- Faça o seu cadastro como usuário do SEI, ou siga as instruções do manual.
- Acesse o SEI! com o seu login e senha.
- Ao lado esquerdo, em "peticionamento", escolha a opção "processo novo".
- Na lista de "escolha o tipo do processo que deseja iniciar", selecione "Pedido de Vistas/Acesso a Processo.
- ".Em especificação, coloque "acesso externo a processo de refúgio" ou "informações sobre processo de refúgio".
- Em "documentos", haverá uma linha com "documento principal".
- Clique em "Pedido de Vistas a Processo Administrativo (clique aqui para editar conteúdo)".

Em seguida, será aberto o formulário de pedido de vistas a processo administrativo.

Preencha os campos obrigatórios

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: e-mail - **cpl.senasp@mj.gov.br**.

15.3.1. Pedidos de esclarecimento ou impugnação encaminhados a e-mail diferente do acima citado podem não ser respondidos no prazo estabelecido.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratosv1/licitacoes-e-contratos-segen/cglic/licitacoes-e-contratosv1/licitacoes-e-contratos-segen/cglic/cpl/lic_segen_capa

16.11. Para vistas ao processo, poderão ser solicitados acessos aos documentos da licitação após divulgação do certame no PNCP, através de peticionamento eletrônico no sítio do MJSP, https://www.gov.br/mj/pt-br/canais_atendimento/sei-servico-eletronico-de-informacoes.

16.11.1. Não serão concedidos acessos aos pedidos de esclarecimento ou de impugnação que venham a identificar o solicitante, de forma a manter-se o princípio da isonomia das informações.

16.11.2. Todas as informações necessárias aos licitantes para que formulem pedidos de esclarecimentos, impugnações, propostas e recursos, estarão disponíveis no sítio de compras do PNCP ou no link informado no item 16.10.

16.11.3. Serão concedidos acessos por 05 (cinco) dias, uma única vez após a publicação do Edital, devendo os interessados extraírem arquivo do tipo PDF ou similar dos documentos disponibilizados.

16.11.4. Novos acessos para vistas ao processo serão concedidos após a encerramento da sessão pública, pelo período de 05 (cinco) dias, visando subsidiar recursos contra o resultado do certame.

16.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.12.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.12.2. Anexo II - IMR - Índice de Medição de Resultados

16.12.3. Anexo III - Ações para capacitação PPH, PCH e IFR

16.12.4. Anexo IV - Ações para capacitação para treinamento de emergência

16.12.5. Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços

16.12.6. Anexo VI - Minuta de Termo de Contrato;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAMILA KUHL PINTARELLI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 13:51:47.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA

Termo de Referência 24/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2025	200331-SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	MARCUS ANTONIO LIMA MOREIRA	14/05/2026 15:24 (v 5.15)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Capacitação	210/2025	08106.001504/2025-37

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA DE GESTÃO DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 08106.001504/2025-37)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Registro de Preços para contratação de serviços de ensino para formação de pilotos em vários níveis, tais como piloto privado e comercial de helicóptero, bem como Voo por Instrumentos e de emergência (TPE), para atender a demanda da Coordenação de Aviação da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, no escopo do Plano Amas: "Segurança e Soberania", a serem executados **SEM** dedicação de mão de obra exclusiva, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	CURSOS	CATSERV	UNIDADE	QTD. ALUNOS SENASP	QTD. ALUNOS PARTÍCIPE	TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÁXIMO TOTAL (R\$)
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	112	160	272	103.364,85	28.115.239,20
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	112	168	280	166.906,21	46.733.738,80
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H) - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	58	196	254	114.087,07	28.978.115,78
4	Curso de Treinamentos e Procedimentos de Emergências para Asa Rotativa (TPE) em	17710	Unid.	120	230	350	49.800,00	17.430.000,00

Aeronave do tipo Esquilo (AS350 ou H125) - (Teórico + Prático)							
VALOR TOTAL							121.257.093,78

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

ÓRGÃO GERENCIADOR		UASG
Secretaria de Nacional de Segurança Pública (SENASP/DF)		200331
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	112
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	112
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	58
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	120

1. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do ACRE		929777
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	5

2. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Polícia Civil do Distrito Federal		926015
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	11
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	11

3. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Corpo de Bombeiros Militar do Estado de GOIÁS		926903
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	5
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	5
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	11
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	5

4. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Corpo de Bombeiros Militar Do Estado do RIO DE JANEIRO		930104
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	10
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	10
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	10
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	29

5. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Casa Civil do DISTRITO FEDERAL		90101
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H) -(Teórico + Prático)	4

6. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Departamento Estadual de Aviação de ALAGOAS		932181
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	10
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	10
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	10
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	10

7. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Corpo de Bombeiro Militar de RORAIMA		462492
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	4
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	4
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	4
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	4

8. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do TOCANTINS		926070
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	4
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	4
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	4
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	4

9. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Fundo Estadual de Segurança Pública do Estado de RORAIMA		927916
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	6
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	6
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	6
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	6

10. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Fundo Estadual de Segurança Pública de RONDÔNIA		928093
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	3
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	5
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	5
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	10

11. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Polícia Civil do Estado de RONDÔNIA		927323
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	4

2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	4
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	2
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	2

12. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Polícia Militar do Estado de GOIÁS		927619
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	4
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	4
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	8
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	12

13. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Grupamento Aéreo da Polícia Militar da BAHIA		927888
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	20
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	20
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	28
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	15

14. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Polícia Civil do Estado de GOIÁS		927104
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	3
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	4
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	7

15. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Polícia Civil do Estado de RORAIMA		927020
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	8
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	8
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	8
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	8

16. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Polícia Militar do Estado de RONDÔNIA		927005
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	4
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	5

17. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Polícia Militar do Estado do TOCANTINS		925960
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	2
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	2

3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	2
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	2

18. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Polícia Militar do Estado do AMAPÁ		458494
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	2
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	2
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	2
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	2

19. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Fundo Especial para a Segurança Pública de SERGIPE		927586
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	2
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	2
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H) -(Teórico + Prático)	2
4	Curso de Treinamentos e Procedimentos de Emergências para Asa Rotativa (TPE) em Aeronave do tipo Esquilo (AS350 ou H125) - (Teórico + Prático)	2

20. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Secretaria de Segurança Pública do Estado do TOCANTINS		925957
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	2
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	4
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	4
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	8

21. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do CEARÁ		452984
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	10
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	12
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	12
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	32

22. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de RONDÔNIA		925986
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	2
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	3
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	3
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	5

23. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do MATO GROSSO DO SUL		452105
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	3

24. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Secretaria de Estado de Segurança Pública do MARANHÃO		450955
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	5
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	9
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	5

25. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Secretaria de Estado de Segurança Pública do PARANÁ		453079
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	14
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	14
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	16

26. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do RIO GRANDE DO NORTE		925535
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	5

27. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Secretaria de Estado de Segurança Pública do AMAZONAS		927025
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	5
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	5
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	10
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	10

28. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Núcleo de Operações e Transporte Aéreo do Estado do Espírito Santo		925792
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	10
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	10
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	10
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	21

29. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
Polícia Civil do Estado da BAHIA		463073
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	10
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	10
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	10
4	Curso de Treinamento de Emergência para Asa Rotativa (TPE)	14

30. ÓRGÃO PARTICIPANTE		UASG
9ª Região Fiscal da Receita Federal (RF/PR)		170156
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero	6
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero	6
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H)	6

1.3. O referencial para composição de pedido/requisição é de mínimo de 10% e, máximo de 50% do quantitativo total por item do órgão con11tratante. Abaixo segue tabela em que se demonstra a razão para o estabelecimento de 10% como quantitativo mínimo, a saber:

ITEM	CURSOS	CATSER	UNIDADE	QTD. ALUNOS SENASP [A]	QUANTIDA MÍNIMA [B]	RAZÃO EM % [B/A]	MÉDIA da RAZÃO EM %
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	112	11	9,82%	10,00%
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	112	11	9,82%	
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H) - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	58	6	10,34%	
4	Curso de Treinamentos e Procedimentos de Emergências para Asa Rotativa (TPE) em Aeronave do tipo Esquilo (AS350 ou H125) - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	120	12	10,00%	

1.4. Reforça-se que, em regra, os cursos serão sequenciais, iniciando com o PPH. Contudo, nada obsta com que, excluindo o PPH, os demais possam ser demandados a pedido da Unidade Aérea Pública, a depender da disponibilidade financeira da União.

1.5. Aplica-se a codificação CATSER 17710 para todos os itens.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.6. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.7. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratado por escopo.

Prazo de vigência

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133 /2021.

1.9. O prazo a que se refere o item anterior poderá ser prorrogável por igual período, desde que devidamente justificado e haja o comum acordo das partes envolvidas.

1.10. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir: consultado no dia 10/10/2023 no site <https://pncp.gov.br/app/pca/00394494000136/2024>:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000043/2025.

II) Data de publicação no PNCP: 27/09/2024.

III) Id do item no PCA: 94 / 95 / 96 / 97.

IV) Classe/Grupo: 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO.

V) Identificador da Futura Contratação: 200331-210/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Das Especificações e Requisitos Técnicos

4.1.1. As especificações detalhadas do objeto, bem como os requisitos de habilitação e as condições operacionais de execução, estão definidos no Item 4 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo a este Termo de Referência.

4.1.2. A remissão ao Estudo Técnico Preliminar destina-se à complementação técnica das exigências de desempenho, qualidade, habilitação e execução previstas neste Termo de Referência.

4.1.3. Em caso de eventual divergência entre as disposições deste Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar, prevalecerá o estabelecido no Termo de Referência.

4.2. Sustentabilidade

4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do serviço, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1.1. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.2.1.2. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.2.1.3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.2.1.4. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.2.1.5. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.2.1.6. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.2.1.7. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

4.2.1.8. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Subcontratação

4.2. Será admitida a subcontratação da integralidade dos discentes, no que tange à parte teórica.

4.3. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.3.1. Será admitida a subcontratação no que tange à parte do treinamento prático de PPH, PCH e IFR, no percentual de até 30% (trinta por cento) do quantitativo de discentes de cada contrato firmado

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que os pagamentos se darão após execução do objeto e a exigência agregaria custos desnecessários à contratação.

Vistoria

4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços,

4.10. A escolha da não exigência da vistoria se dará em virtude de os locais de prestação de serviço serem ofertados pela contratada.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Previamente à emissão da Ordem de Serviço (OS), caberá à Contratante:

- a) Providenciar a consolidação e o saneamento dos dossiês documentais dos alunos a serem matriculados, em conformidade com as normas aeronáuticas vigentes;
- b) Definir o quantitativo exato de alunos que comporão a turma, observado o limite máximo estabelecido no ETP, quantitativo este que deverá constar expressamente da Ordem de Serviço;
- c) Facultativamente, solicitar subsídios técnicos à Contratada para validação preliminar da conformidade documental dos alunos, sem que tal apoio implique transferência de responsabilidade.

5.1.2. A partir do recebimento da Ordem de Serviço, a Contratada disporá do prazo máximo de **30 (trinta) dias** para a realização da mobilização técnica necessária à execução do objeto.

5.1.3 A mobilização técnica compreenderá, no mínimo:

I – a apresentação do cronograma detalhado de execução, compatível com o quantitativo de alunos definido na Ordem de Serviço e estritamente vinculado aos prazos máximos de formação previstos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar;

II – a apresentação da documentação comprobatória da disponibilidade de instrutores, bem como das aeronaves e/ou simuladores, em quantidade suficiente para o atendimento da demanda, observadas as exigências legais e regulatórias aplicáveis.

5.1.4. O início efetivo das atividades de instrução ocorrerá imediatamente após a aprovação formal da mobilização técnica pela fiscalização do contrato.

5.1.5. Os métodos, rotinas e procedimentos de execução deverão observar os planos de instrução aprovados pela ANAC e as diretrizes constantes neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

5.1.6. As atividades de instrução deverão ser executadas de acordo com o cronograma aprovado, respeitados os prazos máximos de formação, os limites de alunos por turma e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.1.7. Os prazos estabelecidos para a mobilização técnica e para o início das atividades de instrução poderão ser excepcionalmente prorrogados, mediante decisão motivada da Administração, precedida de justificativa técnica aceita pela fiscalização do contrato, desde que caracterizado motivo superveniente devidamente comprovado, observado o interesse público e a legislação aplicável.

5.1.8. O descumprimento dos prazos ou das condições estabelecidas para a mobilização técnica ou para o início das atividades de instrução sujeitará a Contratada às sanções previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados conforme cronograma estipulado em item específico do Estudo Técnico Preliminar;

5.2.1. O fiscal do contrato fará contato com a contratada para estabelecerem data e horário dos cursos ministrados, quantidade e qualificação prévia dos servidores que se apresentarão para o curso.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas em anexo: **ANEXO IV e V**

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, sendo:

5.4.1 Sala de aula com no máximo 25 (vinte e cinco) alunos para curso teórico presencial e curso prático .

Do serviço de capacitação

5.5. O objeto do presente instrumento, compreende a execução de treinamento para a Habilitação Técnica de servidores policiais em aviação civil.

5.5.1. Os treinamentos devem ter homologação da ANAC e estarem de acordo com as exigências contidas em seus anexos descritivos;

5.5.2. O curso teórico, o treinamento de integração aos sistemas, a instrução sobre planejamento, as avaliações de voo e os demais treinamentos necessários deverão ser executados com carga horária que não exceda 08 (oito) horas diárias;

5.5.3. Os prazos previstos para execução dos serviços poderão ser aumentados, com a concordância da CONTRATANTE, nos casos supervenientes e de força maior, desde que devidamente justificado pela(s) empresa(s);

5.5.4. A Contratada deverá estar devidamente habilitada e/ou certificada para funcionamento como Centro de Instrução de Aviação Civil (CIAC) ou Escola de Aviação Civil, junto a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), apresentando a autorização para funcionamento, bem como a certificação de homologação dos cursos pretendidos neste processo, durante todo o período do contrato;

5.5.5. A Contratada deverá cumprir a carga horária exigida pela ANAC para os cursos de formação de piloto de aeronave de asa rotativa deste certame, segundo os critérios previstos na norma vigente;

5.5.6. Para o curso prático de Piloto Privado de Helicóptero (PPH), o '*Ground School*' deverá ser presencial, bem como o exame prático (check).

5.5.7. A Contratada deverá fornecer o material didático pertinente (manuais das aeronaves, cartas aeronáuticas necessárias para realização e computador de voo), incluindo os custos dos emolumentos para realização dos voos de cheque e as taxas da ANAC necessárias para a referida concessão e habilitação;

5.5.8. O curso prático de Piloto Privado de Helicóptero (PPH) compõe-se de instrução no solo e prática de voo, com execução de provas práticas e cheques durante o curso e, obrigatoriamente, o exame prático de voo (voo solo);

5.5.9. A instrução de *ground school* visa a familiarizar o piloto/aluno com a aeronave usada na instrução, com base nos conhecimentos teóricos e práticos da aeronave, de acordo com o tipo, e deve permitir ao aluno desenvolver o condicionamento da manipulação dos equipamentos, por meio da repetição de exercícios, que o levará a operá-las nos limites de segurança;

5.5.10. A carga horária prevista para instrução de *ground school* é variável em função do tipo de helicóptero a ser utilizado no curso, de acordo com os dispositivos do RBAC 61;

5.5.11. A instrução prática de voo possui o objetivo de desenvolver no aluno a perícia necessária para operar helicópteros em segurança, dentro dos limites estabelecidos pelas prerrogativas da licença de PPH, PCH, IFR e TPE;

5.5.12. Os Exames Práticos (check) de Piloto Privado (PPH), Piloto Comercial (PCH), Voo por Instrumentos (IFR) e Treinamento de Emergência (TPE) visam capacitar os pilotos/alunos, de modo a possibilitar a qualificação como Piloto Privado e, posteriormente, de Piloto Comercial a Comandante de Aeronave;

5.5.13. A instrução de voo por instrumentos (sob capota) consiste nas noções básicas da prática de voo por instrumentos, a bordo da aeronave de asa rotativa homologada para tal finalidade, e tem o objetivo de capacitar pilotos em formação, integrantes das Unidades Aéreas dos entes federados, quanto às complexidades da operação por instrumentos, de modo a prevenir acidentes aéreos;

5.5.14. A instrução por instrumentos possibilita qualificação em requisito de ascensão profissional, da categoria de Piloto Privado para Piloto Comercial de Helicóptero (PCH);

5.5.15. Na instrução por instrumentos (sob capota) as manobras são executadas em condições meteorológicas visuais (VMC), sendo garantida a inexistência de referência externa para o aluno por meio do uso de viseira, óculos ou outros dispositivos apropriados.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Taxas ou emolumentos como inscrição em bancas de avaliação teórica, exames de proficiência (check), emissão de licenças dentre outros que estejam discriminados nos anexos de cada curso estarão a cargo das empresas ou escolas contratadas.

5.6.2. A Contratada deverá arcar com o fornecimento de materiais didáticos, manuais das aeronaves, cartas aeronáuticas e outros necessários para realização dos cursos.

5.6.3. Visando uma eficiente integração entre o aluno e a Instituição/Instrução, no processo de Ensino e Aprendizagem, a Contratada deverá arcar com os custos e disponibilizar no mínimo:

a) Salas de aulas e de estudos climatizadas;

b) Biblioteca técnica (virtual ou física);

c) Helicópteros devidamente homologados e registrados para instrução IFR e VFR;

d) Heliponto(s) para as aeronaves;

e) Comprovar formação de pilotos em instituições públicas e/ou privadas do Brasil.

f) Todo material didático necessário à realização dos cursos previstos no presente termo será de responsabilidade da Contratada.

5.6.4. A Contratante poderá formar turmas distintas para as aulas teóricas e práticas, com no máximo 25 (vinte e cinco) alunos, para formação sequencial dos pilotos;

5.6.4.1. Para o curso de Treinamento de Emergência (TPE) o número máximo de alunos por turma, para o período descrito no ETP, deverá ser de até 20 alunos.

5.6.4.2. Com relação ao item anterior, a escola poderá treinar mais alunos, desde que não ocorra prejuízo no treinamento dos pilotos e atenda a sua capacidade técnica para a formação dos alunos.

5.6.5. A prestação dos serviços das aulas práticas deverá ser realizada nas instalações e/ou campo de treinamento usual da Contratada;

5.6.6. Se o curso teórico se der na modalidade EaD (Ensino à Distância), após conhecimento do quantitativo e qualificações necessárias dos servidores que participarão dos cursos, a contratada fornecerá acessos para *login* virtual e instruções de como será executado o conteúdo do curso, bem como os meios para estudos, tal qual material didático virtual ou físico.

5.6.7. Caso as aulas não se deem por meio de plataforma específica, a contratada deverá fornecer *link* para as aulas virtuais, bem como os meios para estudos, tal qual material didático virtual ou físico.

5.6.8. Deverá, ainda, a contratada fornecer um meio de comunicação específico para tirar dúvidas das disciplinas, a fim de reforçar o conteúdo ministrado em aula presencial ou virtual.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.5.1. A Contratada deverá manter um canal aberto de comunicação (e-mail, aplicativos de conversa, telefone etc.) com o preposto da empresa durante toda a execução do objeto do contrato.

6.5.2. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período das aulas

6.5.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso .

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.14. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.17.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.17.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II deste instrumento

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados no cronograma;

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de conclusão de cada turma de alunos, conforme cronograma enviado pela contratada.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.19. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.23.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.23.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.26. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.28. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.32.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.34 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/09 /2025.

7.35. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.42. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.42.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.43. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **5% (cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **50% (cinquenta por cento)** a **70% (setenta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **40% (quarenta por cento)** a **60% (sessenta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15% (quinze por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será Empreitada por Preço Unitário.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Ato de autorização para o exercício da atividade de ensino e capacitação na formação de pilotos de asa rotativa, sujeita a autorização pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), nos termos do RBAC 90 e RBAC 141.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira.

- 9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo}}$$

Circulante

9.23. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 2% (dois por cento) do valor total estimado da contratação

9.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.29. Declaração que o licitante tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, em plena validade.

9.31.2. Ser qualificada como Centro de Instrução de Aviação Civil (CIAC) apta para o fornecimento do serviço licitado referentes aos itens 1 a 4. Para o item 3, o CIAC deverá possuir homologação para instrução IFR-H de acordo com as normas da ANAC.

9.31.3. Ser qualificada como CTAC (Centro de Treinamento de Aviação Civil) apta para o fornecimento do serviço, se aplicável.

9.31.4. Na hipótese de a contratada ser a fabricante da aeronave, esta poderá prestar os serviços de treinamento independentemente de certificação como Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC), nos termos do **item 3 do parágrafo (a) da seção 90.153 do RBAC 90**, desde que comprovada a homologação dos meios de instrução (simuladores ou dispositivos de treinamento) junto à ANAC, quando a natureza do curso assim o exigir. (<https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/organizacoes-de-formacao-simuladores-de-voe-com-qualificacao-anac-valida>)

9.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica, com os padrões mínimos de atendimento e qualidade, bem como as certificações técnicas exigidas para o funcionamento da escola, atendendo às Normas Técnicas da ANAC.

9.33. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.33.1. Comprovação de aptidão para a execução de serviços de formação ou instrução aeronáutica compatíveis em características com o objeto licitado, realizada por meio de **Atestados de Capacidade Técnica, Certificados de Formação, Relatórios de Instrução homologados ou outros meios de comprovação** que evidenciem a experiência prática na execução de atividades semelhantes.

9.33.2. Comprovação de capacidade técnica correspondente a, no mínimo, **8% (oito por cento)** do quantitativo total de alunos previsto para cada um dos itens pretendidos, conforme quantitativos descritos no item 4.1.6. do ETP (Anexo VIII deste TR) e item 1.1 do Termo de Referência.

9.33.3. A exigência de comprovação de capacidade técnica correspondente a, no mínimo, 8% (oito por cento) do quantitativo total de alunos previsto para cada item justifica-se em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, cuja Ata terá vigência de 12 (doze) meses, período em que as contratações poderão ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração. Considerando que, no SRP, não há obrigatoriedade de contratação da totalidade dos quantitativos registrados, a fixação de

percentual superior poderia revelar-se desproporcional e restritiva à competitividade. O parâmetro adotado busca assegurar capacidade operacional mínima compatível com o atendimento inicial da demanda, em observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade.

9.33.4. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) indicar o período de realização das formações, o qual deverá guardar compatibilidade com os prazos de execução previstos no item 4.1.6. do ETP no Anexo VIII deste TR.

9.33.5. Apresentar atestado(s) de capacidade técnico operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante realizado ao menos um dos serviços, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste termo de referência.

9.33.6. Adicionalmente, exclusivamente para fins de comprovação do quantitativo mínimo de alunos formados, será admitida a apresentação de documentação comprobatória da formação direta de alunos, inclusive aqueles instruídos de forma particular, desde que evidenciada a efetiva prestação da instrução aeronáutica, não se confundindo tais documentos com o Atestado de Capacidade Técnica operacional.

9.33.6.1. A documentação prevista no subitem 9.33.6 não substitui o(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica operacional, o(s) qual(is) permanece(m) obrigatório(s) para a comprovação da experiência mínima, da natureza similar dos serviços e da compatibilidade de prazos exigidas neste Termo de Referência.

9.33.6.2. A documentação complementar de que trata este item será considerada exclusivamente para fins de aferição do quantitativo mínimo de alunos, não sendo admitida para suprir a ausência de Atestado de Capacidade Técnica operacional.

9.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.35. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.36. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.39. Caso o licitante seja vencedor de dois ou mais itens, a comprovação da capacidade técnica quantitativa será realizada com base no item de maior quantitativo de alunos, ficando dispensada a soma cumulativa dos quantitativos entre os itens para fins de habilitação, desde que os serviços comprovados sejam de natureza similar aos itens adjudicados.

Disposições gerais sobre habilitação

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Consideradas as circunstâncias do objeto em si, fato notório inerente ao mercado de aviação civil, caso logre(m) êxito em fase de lances representante(s) comerciais de empresas estrangeiras que ofertam aqueles treinamentos não existentes em território nacional, deverá ser apresentada carta de representação comercial, carta de acreditação como representante daquela instituição, carta de autorização para lhe(s) representar, carta de parceria comercial, ou instrumento congênere.

9.43. Os cursos teóricos (inclusive os Treinamentos de solo - *Ground School*) e treinamento de voo devem possuir acreditação junto à ANAC, quando exigidos por normativos da referida Agência Reguladora.

9.44. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.45. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.46. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O preço estimado da contratação para o órgão gerenciador é de **R\$ 42.863.408,78** (quarenta e dois milhões, oitocentos e sessenta e três mil e quatrocentos e oito reais e setenta e oito centavos), conforme documentos em anexos: Relatório Pesquisa de Preços nº 67/2025 (SEI nº 33053435) e Relatório Pesquisa de Preços nº 51/2026 (atualização do valor do item 4), e Planilha Gerenciador e Partícipes IRP nº 10/2025 _Atualizada (35117965).

10.2. O preço estimado da contratação para os partícipes é de **R\$ 78.393.685,00** (setenta e oito milhões, trezentos e noventa e três mil e seiscentos e oitenta e cinco reais), conforme documentos em anexos: Relatório Pesquisa de Preços nº 67/2025 (SEI nº 33053435) e Relatório Pesquisa de Preços nº 51/2026 (atualização do valor do item 4), e Planilha Gerenciador e Partícipes IRP nº 10/2025 _Atualizada (35117965).

10.3. O preço estimado total da contratação (órgão gerenciador + partícipes) é de **R\$ 121.257.093,78** (cento e vinte e um milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e noventa e três reais e setenta e oito centavos), conforme documentos em anexos: Relatório Pesquisa de Preços nº 67/2025 (SEI nº 33053435) e Relatório Pesquisa de Preços nº 51/2026 (atualização do valor do item 4), e Planilha Gerenciador e Partícipes IRP nº 10/2025 _Atualizada (35117965).

10.4. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O presente artefato não se enquadra em nenhum dos incisos do artigo 23 da Lei nº 12.527 quanto ao grau e prazo de sigilo, sendo considerado, portanto, de acesso público, gozando de amplo acesso e divulgação, nos termos do artigo 6º do mesmo normativo.

12.2. Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 61 (RBAC 61) - ANAC

12.3. Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 90 (RBAC 90) - ANAC

12.4. Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica 91 (RBHA 91) - ANAC

12.5. Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 141 (RBAC 141) - ANAC

12.6. Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 142 (RBAC 142) - ANAC

12.7. Instrução Suplementar - IS Nº 175-002 REVISÃO I

12.8. Termo de Referência Digital nº 24/2025

12.9. ANEXOS:

12.9.1. ANEXO I - Regras Aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

12.9.2. ANEXO II - Termo de Ciência e Concordância

- 12.9.3. ANEXO III - Índice de Medição de Resultado (IMR)
- 12.9.4. ANEXO IV - Ações para capacitação PPH, PCH e IFR
- 12.9.5. ANEXO V - Ações para capacitação Treinamento de emergência (TPE)
- 12.9.6. ANEXO VI - Relatório Pesquisa de Preços
- 12.9.7. ANEXO VII - Planilha Memória de Cálculo
- 12.9.8. ANEXO VIII - Estudo Técnico Preliminar Digital nº 08/2025

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica o reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.7. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; ~~A11~~

4.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.10. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.16. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.17. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.19. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.20. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.21. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.22. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.23. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.27. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.1.28. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

- 4.1.29. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.1.30. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.1.31. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.1.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.1.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.1.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.1.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.1.36. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 4.1.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.4. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

6.5. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

6.6. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

6.7. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.7.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.7.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.7.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.8.3. indenizações e multas.

6.9. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.10. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A26]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

Nome e Cargo do Representante Legal

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSIVAN BRITO DE ARAUJO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 15:41:41.

MARCELO CAVALCANTE DOS SANTOS

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 15:24:51.

DAVIDSON AUGUSTO DE SALES AMORAS

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 12:01:11.

Despacho: Integrante administrativo

MARCUS ANTONIO LIMA MOREIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 15:17:09.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA

Estudo Técnico Preliminar 8/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08106.001504/2025-37

2. Descrição da necessidade**2.1. Contratação de empresa para formação de pilotos de aeronaves de asas rotativas.**

2.1.1. O objeto da contratação envolve a "prestação de serviço voltada para o ensino e capacitação na formação de pilotos de asa rotativa" cuja finalidade é atender a demanda operacional da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública.

2.1.2. A Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, (DFNSP/SENASP), por meio da Companhia de Operações Ambientais (COA/DFNSP), no escopo do Plano AMAS, supervisionará a parte aérea, cuja efetividade será a de ampliar a capacidade aérea na Região Amazônica, buscando combater crimes ambientais e crimes conexos.

2.1.3. Nesse norte, serão destinadas aeronaves para os 09 (nove) estados da Amazônia Legal, ao tempo que mantém-se 01 (um) na Companhia de Operações Ambientais (COA/DFNSP), totalizando, assim, 10 (dez) aeronaves com o intuito de atuar de forma combativa naquela região.

2.1.4. Em pesquisas recentes, foi identificado que, com a atual conjuntura, o número de profissionais que atuam em Unidades Aéreas Públicas (UAP) não será suficiente para absorver esse quantitativo inicial de equipamento aéreo para a região.

2.1.5. Não obstante, as pesquisas com base em investigações das causas de acidentes e incidentes aeronáuticos, ocorridos com aeronaves de empresas aéreas comerciais, mostraram aspectos que tiveram o elemento humano como fator contribuinte. Tais constatações suscitaram o consenso entre as empresas aéreas, indústria aeronáutica e governo quanto à necessidade de incrementar Programas de Treinamento em Fatores Humanos, com o objetivo de melhorar a coordenação e o gerenciamento de toda a tripulação de voo.

2.1.6. Desta forma, a formação de novos pilotos e os treinamentos recorrentes visam à minimização do erro humano como fator contribuinte para acidentes e incidentes aeronáuticos, sendo ministrado, a princípio, apenas à tripulação técnica, como parte integrante do treinamento de operações de voo.

2.1.7. Há também o Treinamento em Gerenciamento de Recursos de Equipes (Corporate Resource Management - CRM), sendo que o termo Corporate (Equipes) será utilizado para expressar todas as equipes que compõem uma organização envolvida na atividade aérea, tais como tripulantes técnicos e de cabine, pessoal da manutenção, equipes de apoio de solo, pessoal administrativo, atingindo a todos os envolvidos em operações aéreas.

2.1.8. Dentro do conjunto de aeronaves que operam nos estados da federação, há as denominadas aeronaves CLASSE, que podem ser HMNC (convencional), HMNT (monoturbina) e HMLT (multimotor). CLASSE são grupo de aeronaves de operação simples e semelhantes, não sendo necessário curso específico para elas.

2.1.9. Os treinamentos iniciais habilitam o servidor a operar as referidas aeronaves, enquanto os treinamentos recorrentes são necessários para a revalidação anual da Certificação de Habilitação Técnica do piloto (CHT), sendo portanto essenciais para a operação das aeronaves citadas.

2.1.10. Não obstante, por questões de segurança de voo, faz-se necessário o treinamento de emergência em simuladores para os pilotos que operam as referidas aeronaves, e treinamentos teórico e prático de emergência em voo para os pilotos que irão operar as aeronaves AS350 ou H125, também conhecido como "Esquilo" ou outro semelhante.

2.1.11. Pretende-se, com a licitação da demanda em tela, promover contratações com economia de escala, em termos financeiros, haja vista sua formalização em bloco que contempla a totalidade das ações de capacitação necessárias à operação das aeronaves que irão operacionalizar na Amazônia Legal, e que, sendo procedimentalizada por meio de registro de preços de aviação estatal, atrairá o interesse de outros órgãos.

2.2. Após estudos realizados, restou evidenciado que o lançamento do certame na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços encontra amparo nos dispositivos constantes do Art. 3º, do Decreto 11.462/2023, pois:

a) Há necessidade de contratação frequente das ações de capacitação demandadas (inciso I);

b) É conveniente a contratação das ações de capacitação, remuneradas por unidade de medida, e, ainda, em regime de tarefa (inciso II);

c) Como explanado anteriormente, há relação de conveniência na contratação das ações de capacitação, dentre as quais há objetos pretendidos por outras forças de estado que possuem Unidades de Aviação em sua estrutura organizacional, de forma que, lançada a intenção de registro de preços da contratação pretendida, provavelmente haverá manifesto de participação de outros órgãos no certame (inciso III);

d) Conhecida a dinâmica da Coordenação de Aviação (CAV), é possível definir previamente o quantitativo demandado de ações de capacitação. Sem precisão exata, porém, por conta de diversos fatores (afastamento e/ou integração de servidores aos quadros da unidade, necessidade de mais pilotos operando aeronave específica, etc). Portanto, para que não haja o empenho imediato de somas vultosas, e para que o planejamento de instrução da Unidade possa ser executado de forma dinâmica, com as correções e ajustes necessários em seu decorrer, e conforme demandando pelo Órgão Central, opta-se pelo registro de preços (inciso IV).

2.3. Ainda, a instrução em procedimento único é a melhor forma de aproveitamento dos recursos humanos do órgão gerenciador do certame, em estrita observância ao princípio da eficiência administrativa. No Brasil, o Órgão que regulamenta a aviação civil é a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, vinculado à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), criada na convenção de Paris em 1919.

2.4. Assim, toda operação de aeronave (civil) e formação de pilotos para tal devem ser geridas a partir de normas emitidas por aquela agência. Para fins de definição, podemos resumidamente falar que existem dois tipos básicos de nomes possíveis para as "carteiras dos pilotos", que são as Habilitações e Licenças (RBAC 61):

a) Habilitação significa uma autorização associada a uma licença ou a um certificado, na qual são especificadas as qualificações, condições especiais de operação e as respectivas atribuições e restrições relativas ao exercício das prerrogativas da licença ou certificado respectivos. (Redação dada pela Resolução nº 705, de 09.02.2023)

b) Licença significa o documento emitido pela ANAC que formaliza a certificação de uma pessoa para atuar em operações aéreas civis, a partir do cumprimento de requisitos de idade, grau de instrução, aptidão psicofísica, conhecimentos teóricos, instrução de voo, experiência e proficiência, verificados de acordo com as funções, limitações e prerrogativas pertinentes à referida licença.

2.5. O mesmo normativo (RBAC 61), item 61.3, determina que só pode atuar como piloto em comando ou segundo em comando a bordo de aeronaves civis registradas no Brasil quem seja titular e esteja portando uma licença/certificado de piloto com suas habilitações vigentes, expedidas em conformidade com este Regulamento, e apropriadas à aeronave operada, à operação realizada e à função que desempenha a bordo. (Redação dada pela Resolução nº 705, de 09.02.2023).

2.6. No mesmo norte, o item 61.5 reforça que as habilitações de CLASSE são averbadas nas licenças de pilotos nos seguintes casos:

(i) avião monomotor terrestre;

(ii) hidroavião ou anfíbio monomotor;

(iii) avião multimotor terrestre;

(iv) hidroavião ou anfíbio multimotor;

(v) helicóptero monomotor convencional;

(vi) helicóptero monomotor a turbina;

(vii) helicóptero multimotor;

(viii) aeronave aerodesportiva, que pode ser averbada, também, em certificados de piloto aerodesportivo; e

(ix) dirigível;

2.7. Assim, os estados, bem como a Companhia de Operações Ambientais (COA-DFNSP), irão operar com aeronaves consideradas CLASSE pela ANAC, qual seja: AS350 (ou H125), também conhecido como "Esquilo" ou outro semelhante, ou seja, são grupo de aeronaves de operação simples e semelhantes, não sendo necessário curso específico para elas.

2.8. A lista de habilitações de Classe ANAC faz parte da Instrução Suplementar – IS 61-004 e é composta pelos designativos de habilitação de Classe para pilotos determinados pela ANAC de acordo com o subparágrafo 61.5(b)(2) do RBAC 61.

2.9. Neste ponto, a Administração Pública não dispõe de meios necessários para executar este tipo de treinamento, sendo obrigada, portanto, a realizar a contratação periódica para formação de seus pilotos em aeronaves de CLASSE ao menos uma vez por ano. Caso

contrário, a falta de habilitação de pilotos poderá impor a paralisação dos meios aéreos dentro da Amazônia Legal, por sobreposição de aeronaves na localidade amazônica, podendo acarretar prejuízos de diversas ordens, já que as aeronaves, também tem gastos com manutenção, mesmo que sem utilização "parada".

2.10. Do Planejamento

2.10.1. O planejamento visa resguardar duas frentes ampliativas para os meios aéreos, a primeira será o reforço do efetivo especializado em aviação, os quais servirão ao Plano AMAS, bem como ao SENASP, tendo em vista a ampliação da capacidade aérea pública na região Amazônica, a qual conta com a locação de aeronaves, para as quais estarão disponibilizadas o mínimo de 45 (quarenta e cinco) horas de voo/mês, e o total de 540 (quinhentos e quarenta) horas de voo por ano, por aeronave, a serem empregadas em todos os estados da Amazônia legal.

2.10.2. A segunda, ao recolher informações nas Unidades Aéreas Públicas do Brasil, percebeu-se que há uma defasagem de pilotos em todas as unidades, ante isso, e em complementação ao parágrafo anterior, pretende-se aumentar o quadro de profissionais de segurança pública para operar na função de piloto de aeronave, na categoria helicóptero.

2.10.3. Reforçamos que a segunda frente resguardará, também, a primeira, e ainda, este próprio Ministério, quanto a operações humanitárias em qualquer lugar do país, pois poderá ser firmado acordo de cooperação técnica com os entes federados, a fim de fornecer pilotos de qualquer parte do país para voar aeronave de asa rotativa, pertencente às Unidades Aéreas Públicas, para enfrentamento combativo, socorro. fiscalização e/ou humanitário.

2.10.4. Nota-se que o quantitativo mínimo, por UAP, para que haja compatibilidade ampliativa, será de 04 (quatro) vagas por estado da federação, cujos servidores iniciarão no Curso de Formação de Piloto Privado (Teórico e prático).

2.10.5. Lista-se, que para o curso de piloto privado de helicóptero (PPH), estes agentes públicos, indicados para as vagas, deverão possuir, em suas Instituições (Polícia Militar, Bombeiro Militar e Polícia Civil) no máximo 15 anos de serviço público efetivo.

2.10.5.1. Excepcionar-se-ão os entes federados que possuam efetivo com o tempo acima do limitador, em virtude de ausência de concurso público, desde que o profissional indicado tenha que cumprir, no mínimo, 10 (dez) anos de efetivo serviço, antes da aposentadoria ou reserva.

2.10.6. Com relação ao parágrafo anterior, que sejam indicados preferencialmente àqueles que estejam exercendo suas atividades dentro das Unidades Aéreas Públicas, para o curso inicial de formação (PPH).

2.10.7. Para os demais cursos de formação (PCH, IFR e TPE), não será exigida a temporalidade dos 10 anos de serviço efetivo. O estado deverá indicar os pilotos que já estejam atuando na UAP.

2.10.8. Em se tratando de estado que não possua UAP, este deverá indicar os seus profissionais para a formação completa, tal como: Piloto Privado de Helicóptero - Piloto Comercial de Helicóptero - Voo por Instrumentos (IFR) - TPE (Treinamento em Procedimentos de Emergências); contudo, excetua-se caso haja pilotos formados em seu quadro de servidores, os quais poderão ser indicados para quaisquer cursos de formação, que não o de piloto privado, conforme realçado nos parágrafos subseqüentes.

2.10.8.1. O ente federado que não tiver servidores a indicar, nas vagas para quaisquer dos cursos descritos neste ETP, terão suas vagas remanejadas pela Diretoria da Força Nacional para outros estados federados, bem como, se necessário, para atender as suas demandas, para o seu quadro de mobilizados, atendendo aos requisitos deste ETP, em edital próprio para a distribuição das vagas.

2.10.9. Havendo a formação inicial completa dos profissionais, conforme descrito anteriormente, poderão os servidores prosseguir para as vagas de Piloto Comercial (Teórico e prático).

2.10.10. O estado que já possuir em seu quadro pilotos privados de helicóptero poderão destinar a esses servidores as vagas de piloto comercial, bem como o curso de IFR e TPE.

2.10.11. Assim, os estados deverão indicar servidores para que preencham 02 (duas) vagas disponíveis para o curso (Teórico e Prático) de voos por instrumentos e, na sequência, pilotos para ocuparem 04 (quatro) vagas para treinamento de voos de emergência em aeronave do tipo Esquilo.

2.10.12. Não obstante, serão incluídas vagas para formação de pilotos, exclusivamente, na Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da seguinte forma: 04 (quatro) vagas para Piloto Privado, 04 (quatro) vagas para Piloto Comercial, 04 (quatro) vagas para voos por instrumentos (IFR) e 04 (quatro) vagas para voos de emergência (TPE) em aeronave do tipo Esquilo.

2.10.13. A ampliação da capacidade técnica aérea visa possuir efetivo suficiente, nas unidades aéreas públicas, para manter todas as aeronaves acionadas e em condições de voo, ainda que sejam considerados fatores como férias, licenças e aposentadorias.

2.10.14. Para que esse planejamento seja possível, será necessário a contratação de escola especializada em formação de pilotos de aeronave na categoria helicóptero, cujos servidores serão utilizados nas mais diversas missões, fortalecendo os meios aéreos nas Instituições dos estados e desta Senasp/MJ.

2.10.15. Como já reportado, tal contratação faz-se necessária como fator favorável para o atendimento à necessidade de ampliar o quantitativo de pilotos nas Unidades Aéreas Públicas, para entregar a estes profissionais a capacitação para operar aeronaves locadas pelo Projeto AMAS, evitando-se, assim, sobreposição de equipamentos.

2.10.16. A indicação dos pilotos da DFNSP, para iniciarem os treinamentos, seguirá o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Programa de Treinamento Operacional da CAV/DFNSP, além de outros requisitos, que serão analisados para tal indicação. Portanto, o quadro estabelece apenas uma projeção de um planejamento desejado pela unidade.

2.10.17. Da mesma forma, para os que forem fazer o curso de voos por instrumentos (sob 'capota'), os quais passarão por treinamento em simulador, com o principal objetivo de resguardar a segurança de voo, pois os pilotos irão treinar em cenários de emergência que não é possível executar em voos reais. Para os treinamentos IFR, as empresas deverão possuir equipamentos homologados pela ANAC.

2.10.18. A conclusão deste treinamento traz perícia e consciência situacional caso uma situação real ocorra.

2.11.19. Assim, os centros de treinamentos, para concessão de habilitação teórico e prático em helicóptero, são listados no sítio eletrônico: <https://sistemas.anac.gov.br/rbac141/ciac/pesquisar> e <https://sistemas.anac.gov.br/educator/index2.aspx>

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública	FERNANDO ALENCAR DE MEDEIROS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Da Capacitação Técnica para Contratação

4.1.1. A(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão):

- a) Possuir acreditação junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para ministrar a ação cuja adjudicação lhe tenha ocorrido.
- b) Ser qualificada como Centro de Instrução de Aviação Civil (CIAC) apta para o fornecimento do serviço licitado referentes aos itens 1 a 4. Para o item 3, o CIAC deverá possuir homologação para instrução IFR-H de acordo com as normas da ANAC.
- c) Ser qualificada como CTAC (Centro de Treinamento de Aviação Civil), apta para o fornecimento do serviço, se aplicável.
- d) Na hipótese de a contratada ser a fabricante da aeronave, esta poderá prestar os serviços de treinamento independentemente de certificação como Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC), nos termos do **item 3 do parágrafo (a) da seção 90.153 do RBAC 90**, desde que comprovada a homologação dos meios de instrução (simuladores ou dispositivos de treinamento) junto à ANAC, quando a natureza do curso assim o exigir.
- e) Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- f) Comprovar, por meio de documento idôneo que os cursos teóricos (inclusive os Treinamentos de solo - *Ground School*) e treinamento de voo possuem acreditação junto à ANAC.
- g) Apresentar atestado de capacidade técnica, com os padrões mínimos de atendimento e qualidade, bem como as certificações técnicas exigidas para o funcionamento da escola, atendendo às Normas Técnicas da ANAC.
- h) Previamente à emissão da Ordem de Serviço, caberá à Contratante:
 - Providenciar a consolidação e o saneamento dos dossiês documentais dos alunos a serem matriculados, em conformidade com as normas aeronáuticas vigentes;
 - Definir o quantitativo exato de alunos que comporão a turma, observado o limite máximo de alunos por turma estabelecido neste ETP, quantitativo este que deverá constar expressamente da Ordem de Serviço;
 - Facultativamente, solicitar subsídios técnicos à Contratada para validação preliminar da conformidade documental dos alunos, sem que tal apoio implique transferência de responsabilidade.
- i) A Ordem de Serviço (OS) somente será emitida após o saneamento integral da documentação dos alunos e a definição do quantitativo de matriculados, constituindo-se no marco autorizador do início da execução contratual e da contagem dos prazos de responsabilidade da Contratada.

j) A partir do recebimento da Ordem de Serviço, a Contratada disporá do prazo máximo de 30 (trinta) dias para a realização da mobilização técnica, compreendendo:

- A apresentação do cronograma detalhado de execução, compatível com o quantitativo de alunos definido na Ordem de Serviço e estritamente vinculado aos prazos máximos de formação estabelecidos no item 4.1.6. deste ETP;
- A entrega da documentação comprobatória dos instrutores, aeronaves e/ou simuladores, em quantidade suficiente para o atendimento da demanda, observadas as exigências legais e regulatórias aplicáveis.

k) O início efetivo das atividades de instrução ocorrerá após a aprovação formal da mobilização técnica pela fiscalização do contrato.

l) O descumprimento do prazo de mobilização técnica ou a apresentação de documentação de responsabilidade da Contratada em desacordo com as exigências contratuais e regulatórias sujeitará a empresa às sanções e multas previstas, contadas a partir do esgotamento do prazo estabelecido no item (j).

m) Os prazos estabelecidos para a mobilização técnica e para o início das atividades de instrução poderão ser excepcionalmente prorrogados, mediante decisão motivada da Administração, precedida de justificativa técnica aceita pela fiscalização do contrato, desde que caracterizado motivo superveniente devidamente comprovado, observado o interesse público e a legislação aplicável.

4.1.2. Apresentar comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica (ACT)** fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.1.3. Para fins de comprovação do disposto no subitem 4.1.2, os atestados deverão referir-se à execução de serviços que atendam, cumulativamente, às seguintes características mínimas:

4.1.3.1. Comprovação de capacidade técnica correspondente a, no mínimo, **8% (oito por cento)** do quantitativo total de alunos previsto para cada um dos itens pretendidos, conforme quantitativos descritos no item 4.1.6. deste ETP e item 1.1 do Termo de Referência.

4.1.3.1.1. A exigência de comprovação de capacidade técnica correspondente a, no mínimo, 8% (oito por cento) do quantitativo total de alunos previsto para cada item justifica-se em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, cuja Ata terá vigência de 12 (doze) meses, período em que as contratações poderão ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração. Considerando que, no SRP, não há obrigatoriedade de contratação da totalidade dos quantitativos registrados, a fixação de percentual superior poderia revelar-se desproporcional e restritiva à competitividade. O parâmetro adotado busca assegurar capacidade operacional mínima compatível com o atendimento inicial da demanda, em observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade.

4.1.3.2. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) indicar o período de realização das formações, o qual deverá guardar compatibilidade com os prazos de execução previstos no item 4.1.6. deste ETP.

4.1.3.3. A comprovação da capacidade técnica operacional será realizada mediante Atestado emitido por pessoa jurídica, pública ou privada, que demonstre a efetiva execução de serviços compatíveis com o objeto.

4.1.3.4. Adicionalmente, exclusivamente para fins de comprovação do quantitativo mínimo de alunos formados, será admitida a apresentação de documentação comprobatória da formação direta de alunos, inclusive aqueles instruídos de forma particular, desde que evidenciada a efetiva prestação da instrução aeronáutica, não se confundindo tais documentos com o Atestado de Capacidade Técnica operacional.

4.1.3.4.1. A documentação prevista no subitem 4.1.3.4 não substitui o(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica operacional, o (s) qual(is) permanece(m) obrigatório(s) para a comprovação da experiência mínima, da natureza similar dos serviços e da compatibilidade de prazos exigidas neste Termo de Referência.

4.1.3.4.2. A documentação complementar de que trata este item será considerada exclusivamente para fins de aferição do quantitativo mínimo de alunos, não sendo admitida para suprir a ausência de Atestado de Capacidade Técnica operacional.

4.1.3.5. Caso o licitante seja vencedor de dois ou mais itens, a comprovação da capacidade técnica quantitativa **será realizada com base no item de maior quantitativo de alunos**, ficando dispensada a soma cumulativa dos quantitativos entre os itens para fins de habilitação, desde que os serviços comprovados sejam de natureza similar aos itens adjudicados.

4.1.3.6. Para fins de estabelecimento dos 8% (oito por cento), que deverá ser calculado pelo quantitativo do item, a prestadora deverá observar que o cálculo sobre o quantitativo será a coluna QTD ALUNOS SENASP e a QTD. ALUNOS PARTÍCIPES, cujos quantitativos poderão ser localizados no item 4.1.6. deste ETP ou item 1.1. do Termo de Referência 24/2025;

4.1.3.6.1. Demonstração em modo sinóptico do item 4.1.3.8. para fins de comprovação da capacidade técnica da prestadora:

CURSOS	QUANTIDADE DE ALUNOS DA SENASP [A]	QUANTIDADE DE ALUNOS DOS PARTICÍPEES [B]	CAPACIDADE TÉCNICA [(A + B) x 8%]
Curso de Piloto Privado de Helicóptero (Teórico) - (ITEM 1)	112	160	22
Curso de Piloto Privado de Helicóptero (Prático) - (ITEM 1)	112	160	22
Curso de Piloto Comercial de Helicóptero (Teórico) - (ITEM 2)	112	168	22
Curso de Piloto Comercial de Helicóptero (Prático) - (ITEM 2)	112	168	22
Curso de voo por instrumentos (IFR) - (Teórico) - (ITEM 3)	58	196	20
Curso de voo por instrumentos (IFR) - (Prático) - (ITEM 3)	58	196	20
Curso de Treinamentos e Procedimentos de Emergências para Asa Rotativa (TPE) em Aeronave do tipo Esquilo (AS350 ou H125) - (ITEM 4)	120	230	28

4.1.4. Comprovar a disponibilidade de checador habilitado em VFR, com carteira válida nos itens 1 e 2;

4.1.5. Comprovar a disponibilidade de checador homologado em IFR-H para atuação no item 3;

4.1.5.1. A comprovação da disponibilidade dos profissionais referidos nos itens anteriores poderá ser realizada por meio de vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços ou declaração de compromisso firmada entre o profissional e a licitante.

4.1.6. Atestar que será capaz de seguir com o cronograma abaixo no ato da emissão da ordem serviço com o cronograma de aula ou instrumento de plano de aula, para a formação dos pilotos:

PERÍODO MÁXIMO PARA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS A PARTIR DA CONTRATAÇÃO

CURSOS	QTDE DE ALUNOS DA SENASP	QTDE DE ALUNOS PARTICÍPEE	QTDE TOTAL	PERÍODO MÁXIMO PARA REALIZAÇÃO DE CADA CURSO	QUANTIDADE DE ALUNOS POR TURMA
Curso de Piloto Privado de Helicóptero (Teórico) - (ITEM 1)	112	160	272	70 dias úteis	25
Curso de Piloto Privado de Helicóptero (Prático) - (ITEM 1)	112	160	272	90 dias úteis	25
Curso de Piloto Comercial de Helicóptero (Teórico) - (ITEM 2)	112	168	280	90 dias úteis	25
Curso de Piloto Comercial de Helicóptero (Prático) - (ITEM 2)	112	168	280	120 dias úteis	25
Curso de voo por instrumentos (IFR-H) - (Teórico) - (ITEM 3)	58	196	254	45 dias úteis	25
Curso de voo por instrumentos (IFR-H) - (Prático) - (ITEM 3)	58	196	254	60 dias úteis	25
Curso de Treinamentos e Procedimentos de Emergências para Asa Rotativa (TPE) em Aeronave do tipo Esquilo (AS350 ou H125) - (ITEM 4)	120	230	350	15 dias	20

4.1.7. As turmas teóricas deverão ser divididas em blocos de no máximo 25 alunos por turma.

4.1.8. As turmas com as aulas práticas deverão ser divididas em blocos de no máximo 25 alunos.

4.1.9. As aulas teóricas poderão ocorrer aos sábados, domingos e feriados, de acordo com o horário e a disponibilidade da escola.

4.1.10. As aulas práticas poderão ocorrer aos sábados, domingos e feriados, de acordo com o horário e a disponibilidade da escola e dos fatores meteorológicos.

4.1.11. Os serviços descritos não serão tratados como de natureza continuada, assim, sendo os contratos decorrentes deste processo, terão vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, quando não for possível figurar como instrumento contratual a nota de empenho.

4.1.12. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o ajuste escrito, anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, aos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

4.1.12.1. O documento consta no Anexo III do TR nº 24/2025;

4.1.13. A(s) empresa(s) interessada(s) no objeto deve(m) possuir todas certificações exigidas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), em especial:

4.1.13.1. Certificação como Centro de Instrução de Aviação Civil (CIAC) ou Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC), este, se aplicável;

4.1.13.2. E atender, ainda, às exigências no que for aplicável do:

4.1.13.3. RBAC 61;

4.1.13.4. RBAC 90;

4.1.13.5. RBAC 135 (opcional).

4.1.13.6. RBAC 141;

4.1.13.7. RBAC 142;

4.1.13.8. IS nº 141-007.

4.1.14. Os alunos deverão apresentar o CMA de 1ª classe seguindo as instruções do item 4.5.2.1. do ETP, a partir do momento em que forem indicados para a realização dos cursos, devendo, também, entregá-lo na escola vencedora da licitação, no primeiro dia útil da sua apresentação para a parte prática, para fins de auditoria, controle e fiscalização da agência reguladora.

4.1.15. A Contratada deverá disponibilizar corpo docente (instrutores e examinadores/checadores) em quantidade suficiente para o estrito cumprimento do cronograma de instrução e dos prazos máximos de formação estabelecidos no item 4.1.6. deste ETP.

4.2. Da apresentação dos Atestados

4.2.1. Os atestados, para comprovação, deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

4.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos, após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

4.2.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

4.2.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

4.2.5. Para todos os itens de formação (PPH, PCH, IFR-H e TPE), a empresa deve comprovar que fornece os cursos nos moldes dos programas de instrução e manual de instruções e procedimentos conforme a IS Nº 141-007, aprovada pela Portaria nº 1.529/SPO, de 12 de junho de 2020;

4.3. Para os itens do ITEM 1 - PILOTO PRIVADO DE HELICÓPTERO (PPH), a empresa deve:

4.3.1. Apresentar ato de autorização para funcionamento expedido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), nos termos do item 141.13 do RBAC nº 141 EMD 03;

4.3.2. Apresentar cópia do registro do aeródromo e ou heliponto que opera, nos termos do RBAC nº 141, item 141.49, subparte C;

4.3.3. Disponibilizar profissionais que atendam integralmente aos requisitos de experiência e habilitação exigidos pela ANAC, em especial:

I. Instrutores: devem possuir as licenças e habilitações válidas para a matéria ou aeronave instruída.

II. Examinadores Credenciados (Checadores): devem atender aos requisitos da Subparte F, do RBAC 141 EMD 03 c/c RBAC 61, comprovando a experiência mínima de voo e o credenciamento junto à ANAC para a realização de exames de proficiência, conforme a categoria da aeronave de asa rotativa (helicóptero).

4.3.4. Apresentar declaração que possui capacidade operacional em formar os pilotos, de acordo com a tabela do item 4.1.6., simultaneamente, para o teórico e o prático de Piloto Privado de Helicóptero (PPH);

4.3.4.1. Para o curso de Piloto Privado de Helicóptero, o aluno só poderá iniciar a parte prática após o cumprimento da parte teórica e a aprovação na banca da ANAC;

4.3.4.1.1. Para o Curso de PPH, ainda que não tenha concluído o curso teórico ou passado no exame teórico junto à ANAC, o aluno poderá executar todas as horas em duplo comando constantes do programa de instrução do CIAC, dentro das conformidades do RBAC 61. Essas horas iniciais são fundamentais para familiarizar-se com o ambiente de voo e começar a aplicar os conceitos aprendidos durante o estudo teórico.

4.3.4.3. Caso o aluno de PPH já possua a aprovação da banca da ANAC, será dispensado da aula teórica, devendo iniciar imediatamente a parte prática;

4.3.4.4. O aluno de PPH deverá encaminhar cópia do Certificado Médico Aeronáutico de 1ª classe, para a SENASP, conforme item 4.5.2.1. deste ETP, bem como na escola vencedora da licitação, no primeiro dia útil da sua apresentação para a parte prática, para fins de auditoria, controle e fiscalização da agência reguladora.

4.3.5. Apresentar declaração que a empresa, no momento da execução do contrato, disporá aeronave de asa rotativa modelo do tipo HMNC ou HMNT em perfeita disponibilidade operacional, que cumpre os requisitos para formação dos voos e com seguro obrigatório válido;

4.3.6. A empresa deverá declarar que efetuará a substituição, em tempo hábil, de qualquer aeronave que venha a parar para manutenção ou por motivos supervenientes, ainda que sejam elas calendárias ou preventivas, fazendo-se prever suas manutenções dentro dos prazos de formação, desde que não prejudique o prazo estabelecido para a formação mantendo a continuidade nos treinamentos dos alunos, atendendo às normas e regulamentos da ANAC.

4.3.6.1. Caso ocorra demora na substituição da aeronave, conforme o item anterior, a empresa contratada poderá locar outra com as mesmas condições de segurança de voo, para manter o treinamento dentro do prazo limite descrito no item 4.1.6.

4.3.7. Apresentar declaração que a empresa, no momento da execução do contrato, disporá de simulador AATD homologado pela ANAC, em perfeita disponibilidade operacional;

4.3.8. Apresentar declaração que a empresa, no momento da execução do contrato, disporá de instrutores credenciados, com experiência mínima estabelecida em legislação, comprovadas por meio de currículo técnico, juntamente às carteiras de habilitação dos instrutores

4.4. Para o ITEM 2 (PILOTO COMERCIAL - TEÓRICO E PRÁTICO), ITEM 3 (VOO POR INSTRUMENTOS - IFR-H) e ITEM 4 (TREINAMENTOS E PROCEDIMENTOS DE EMERGÊNCIAS - TPE), as empresas devem:

4.4.1. Para o Curso de Piloto Comercial de Helicóptero (PCH), a prestadora deverá apresentar declaração que a empresa, no momento da execução do contrato, disporá de aeronave de asa rotativa modelo do tipo HMNC ou HMNT, em perfeita disponibilidade operacional e que cumpram os requisitos para voo VFR;

4.4.2. Para o Curso de Regras de Voo por Instrumentos (IFR-H), a prestadora deverá apresentar declaração que a empresa, no momento da execução do contrato, disporá de aeronave de asa rotativa modelo do tipo HMNC ou HMNT, em perfeita disponibilidade operacional e que cumpre os requisitos para voo IFR-H;

4.4.2.1. O aluno só poderá iniciar a parte prática após o cumprimento da parte teórica e a aprovação na banca da ANAC, conforme Subparte L, do RBAC 61;

4.4.3. Os profissionais disponibilizados deverão atender integralmente aos requisitos de experiência e habilitação exigidos pela ANAC, em especial:

I. Instrutores: devem possuir as licenças e habilitações válidas para a matéria ou aeronave instruída.

II. Examinadores Credenciados (Checadores): devem atender aos requisitos da Subparte F, do RBAC 141 EMD 03 c/c RBAC 61 (Para PCH e IFR-H), comprovando a experiência mínima de voo e o credenciamento junto à ANAC para a realização de exames de proficiência, conforme a categoria da aeronave de asa rotativa (helicóptero).

4.4.4. A comprovação da qualificação do corpo técnico ocorrerá na fase de mobilização técnica, após a emissão da Ordem de Serviço (conforme item 4.1.1, alínea "j"), mediante a apresentação dos CHTs (Certificados de Habilitação Técnica) e, no caso dos examinadores, do comprovante de credenciamento válido junto à agência reguladora.

4.4.5. Apresentar declaração que a empresa, no momento da execução do contrato, disporá de instrutores credenciados, com experiência mínima estabelecida em legislação, comprovadas por meio de currículo técnico, juntamente às carteiras de habilitação dos instrutores.

4.5. Das condições de participação dos alunos

4.5.1. Da desistência, da reprovação, e do abandono no curso

4.5.1.1. O aluno que desistir ou abandonar qualquer curso (PPH, PCH, IFR-H ou TPE), deverá ressarcir os valores investidos na sua capacitação, em sua totalidade ao erário público do Poder Executivo Federal, da seguinte maneira:

- a) Em parcela única, por meio de GRU, corrigido pela taxa referencial da SELIC;
- b) Mediante parcelamento com desconto em folha, após registro de solicitação, com os valores corrigidos pela taxa referencial da SELIC.

4.5.1.2. O aluno será eximido de ressarcir aos cofres públicos nos seguintes casos:

- a) Lesão que apresente incapacidade permanente para o trabalho;
- b) Perda ou inutilização do membro, sentido ou função;
- c) Deformidade permanente;
- d) Morte;
- e) Fechamento por extinção jurídica ou por falência da Escola, ante determinação judicial.

4.5.1.3. O processo de ressarcimento ao erário iniciará com a notificação do servidor, no estado de origem, a qual deverá conter todas as informações relevantes sobre o valor a ser devolvido e as razões que levaram à exigência do ressarcimento e a sua devida correção.

4.5.1.4. A notificação, ao servidor, informará as opções de negociação para ressarcimento ao erário, o meio e os contatos para efetivação do disposto no item 6.1.

4.5.1.5. Em caso de reprovação em quaisquer disciplinas, seja na etapa teórica ou prática, o aluno arcará, junto à ANAC, com as despesas necessárias a nova(s) avaliação(ões).

4.5.1.6. Quanto à reprovação ressaltada no item anterior, o servidor discente que reprovar no teórico ou prático, terá o prazo de 30 (trinta) dias para refazer o curso de reprovação, cujo prazo se dará a partir do recebimento da planilha encaminhada para a contratante, a qual constará a lista dos reprovados.

4.5.1.7. Em se tratando de mobilizado da DFNSP, caso o aluno ultrapasse o período do curso, em virtude de reprovação, de acordo com o cronograma das aulas, firmado com a empresa prestadora do serviço, em quaisquer dos cursos (PPH, PCH, IFR-H), deverá atentar para o item 4.5.1.5 e 4.5.1.6.

4.5.2. Da apresentação do Certificado Médico Aeronáutico pelo servidor indicado.

4.5.2.1. O servidor indicado deverá apresentar, na instituição de origem, um Certificado Médico Aeronáutico (CMA) de 1ª classe válido, o qual deverá ser encaminhado para endereço eletrônico **protocolo@mj.gov.br**, endereçado à Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, os quais serão armazenados em processo próprio para controle interno.

4.5.2.2. Os custos com as despesas referente ao Certificado Médico Aeronáutico (CMA) se dará às expensas do servidor indicado pelo ente federado.

4.5.2.3. A Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública fará, inicialmente, a convocação dos servidores pertencentes aos estados que compõem a Amazônia Legal, por meio de processo convocatório próprio de comum acordo com os entes federados.

4.5.2.3.1. Para os demais Estados da Federação, a convocação dos servidores para a formação, ocorrerá de acordo com previsão de dotação orçamentária.

4.5.3. Da indicação do mobilizado

4.5.3.1. A Diretoria da Força Nacional indicará os profissionais mobilizados, os quais poderão ser escolhidos por meio de seleção interna.

4.5.3.2. A seleção interna, que trata o item anterior, deverá atender a critérios técnicos e objetivos para a indicação do servidor mobilizado.

4.5.4. Da cessão de servidores habilitados no curso de pilotos

4.5.4.1. Os Entes da Federação serão cientificados que seus servidores, pilotos, poderão ser convocados pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, após finalizado o curso de capacitação, pelo período de até 02 (dois) anos para mobilização a fim de atender aos programas de operações especiais aéreas desta Senasp.

4.5.4.2. O servidor mobilizado na Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública poderá permanecer mobilizado pelo período descrito no item anterior, devendo ser observado o item 4.5.4.3.

4.5.4.3. O Ente Federado poderá alternar seus servidores indicados, desde que estes possuam a mesma expertise técnica no que tange às operações especiais aéreas, ou seja, a mesma formação técnica como piloto.

4.5.4.4. Os indicados, tanto pelo estados como pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, deverão estar habilitados ou já ter sido habilitados no HB/AS 350.

4.5.4.5. Os indicados deverão estar com o Certificado Médico Aeronáutico (CMA) de 1ª classe válido.

4.5.5. Das instruções, das avaliações diárias e do quadro de trabalho semanal (QTS)

4.5.5.1. A avaliação de aprendizagem deverá estar marcada com um *briefing* e ao término de cada instrução deverá o instrutor executar o *debriefing* e informar ao aluno detalhadamente seu desempenho no voo e nível de resposta do mesmo ao efetuar uma determinada manobra.

4.5.5.2. Ao aluno que completar com aproveitamento a instrução prática, será conferido o certificado correspondente.

4.5.5.3. Para as aulas práticas, o aluno deverá receber a tabela com os procedimentos de voo a serem executados durante todo o curso, para fins de acompanhamento das horas de voo e para a compreensão do aprendizado das instruções.

4.5.5.4. A empresa deverá encaminhar planilha contendo o início e o fim das aulas teóricas e práticas à contratada.

4.5.5.5. Para as aulas, teóricas e práticas, havendo prorrogação da data de término, previsto para o fim do curso, a empresa deverá informar, de forma fundamentada, o motivo que o levou a prorrogar o cronograma.

4.6. Dos requisitos gerais para a concessão da licença de piloto:

4.6.1. Para a concessão da licença de piloto privado, o candidato a uma licença desta categoria deverá:

- (1) ter completado 18 (dezoito) anos;
- (2) ter concluído o ensino médio;
- (3) apresentar o CMA de 1ª classe.

4.6.2. Para a concessão da licença de piloto comercial, o candidato a uma licença desta categoria deverá:

- (1) ter completado 18 (dezoito) anos;
- (2) ter concluído o ensino médio;
- (3) ser titular de licença de piloto privado na categoria de aeronave pretendida.

4.6.3. Para a concessão da licença de piloto utilizando voo por instrumentos (IFR-H), o candidato a uma licença desta categoria deverá:

- (1) Atender ao descrito na Subparte L, da RBAC 61, item **61.223**.

4.7. Do quadro de Trabalho Semanal

4.7.1. De maneira imprescindível, os alunos deverão receber no primeiro dia das instruções, um cronograma para as aulas teóricas.

4.7.2. Para quaisquer dos cursos, todos procedimentos de voo a serem executados, durante todos os treinamentos, para fins de acompanhamento das horas de voo e para a compreensão do aprendizado nas instruções ministradas, os alunos deverão receber um cronograma, conforme exemplo abaixo:

INSTRUÇÃO PRÁTICA DE VOO					
FASE	MISSÃO	TIPO DE VOO	PERÍODO DO VOO	TEMPO DE VOO POR MISSÃO	TEMPO TOTAL PREVISTO

-	GROUND SCHOOL (Treinamento de solo)	-	-	-	30:00
FASE/MÓDULO 1 - ADAPTAÇÃO NA AERONAVE	AULA 01	DUPLO COMANDO / PRIMEIRO COMANDO	DIURNO / NOTURNO	01:00	02:00
	AULA 02	DUPLO COMANDO / PRIMEIRO COMANDO	DIURNO / NOTURNO	01:00	
FASE/MÓDULO 2 - PROCEDIMENTOS ANORMAIS E DE EMERGÊNCIAS	AULA 01	DUPLO COMANDO / PRIMEIRO COMANDO	DIURNO / NOTURNO	00:45	00:45
FASE/MÓDULO 3 - AQUISIÇÃO DE EXPERIÊNCIA COMO PILOTO EM COMANDO	AULA 01 - NOTURNO – AD RESTRIÇÃO	PRIMEIRO / SEGUNDO COMANDO	NOTURNO	01:00	02:00
	AULA 02	PRIMEIRO COMANDO	DIURNO	01:00	
FASE/MÓDULO 4 - VOOS POR INSTRUMENTOS	AULA 01	DUPLO COMANDO / PRIMEIRO COMANDO	DIURNO / NOTURNO	01:00	01:00
FASE/MÓDULO 5 - AVALIAÇÃO PARA VOO DE CHEQUE	AVALIAÇÃO/ENDOSSO /CHEQUE	DUPLO COMANDO / PRIMEIRO COMANDO	DIURNO / NOTURNO	01:00 / 02: 00	01:00 / 02: 00

4.8. Do requisito para os instrutores de Voo

4.8.1. O instrutor deverá possuir os seguintes requisitos:

a) Para todas categorias PP, PC, IFR-H e TPE o curso de INVH, atendendo aos requisitos do RBAC 61;

b) Para o curso de IFR-H, cumprir o item anterior e mais o curso de IFR-H;

c) Para o curso de Emergência em aeronave de modelo monoturbina, cumprir a alínea "a" e mais o curso de TPE (Técnicas de Procedimentos de Emergência com habilitação em aeronave de modelo monoturbina) e ministrar a instrução por ao menos 2 (dois) anos ininterruptos.

4.8.2. A contratada deverá fornecer os instrutores qualificados com o propósito de fornecer assistência aos pilotos em formação durante voos das aeronaves, de acordo com o plano de voo, sob responsabilidade, custo e risco exclusivo do Operador.

4.8.3. Os pilotos do operador serão os responsáveis pelo comando das aeronaves e o operador irá manter, a todo o momento, a responsabilidade pelo controle operacional dos voos realizados pelas aeronaves.

4.8.4. A contratada poderá livremente substituir e realocar os representantes a qualquer tempo, respeitada a continuidade dos serviços e mantido o mesmo padrão técnico, através de comunicação prévia à Contratante.

4.8.5. Para os serviços de instrução, a contratante deverá obter todas as permissões e autorizações necessárias para habilitação dos pilotos em formação, indicados pela contratada, para voar e realizar os atos compreendidos na atividade de traslado e treinamento segundo as leis e regulamentos aplicáveis, e requisitos das autoridades governamentais com jurisdição própria.

4.8.7 Os serviços oferecidos pela contratada e prestados pelos representantes devem estar em conformidade com a legislação trabalhista, respeitando principalmente a jornada de trabalho (intervalo intrajornada e entre jornada) e outros dispositivos legais necessários ao efetivo cumprimento da mesma.

4.8.8. Os serviços de instrutor de voo deverão ser realizados no horário de trabalho definido pela contratada de acordo com a legislação brasileira aplicável.

4.9. Prazo de vigência

4.9.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, ou da emissão da nota de empenho, caso esta venha a substituí-lo, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

4.9.2. O prazo a que se refere o item anterior poderá ser prorrogável por igual período, desde que devidamente justificado e haja o comum acordo das partes envolvidas.

4.10. Catálogo eletrônico de padronização

Conforme consulta ao compras.gov.br, o catálogo eletrônico de padronização, para o objeto a ser contratado, possui o código 17710 - Curso / Aperfeiçoamento - Pilotagem de Aeronave

4.11. Participação no certame

4.11.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atuem em ramo de atividade compatível com o serviço licitado, registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), um dos módulos do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), mantido pelo portal de compras do Governo Federal.

4.11.2. Não será permitido o fornecimento ou participação de empresas em consórcio. A não participação de empresas consorciadas é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para execução do objeto visando ao atendimento do interesse público. Com isso, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame.

4.11.3. Também não deverá ser permitida a participação de cooperativas, considerado o objeto desta pretensa aquisição e o mercado especializado que pode atender às normativas e à demanda a contento.

4.12. Justificativa para Não Previsão de Cota Reservada a ME/EPP (Microempresa/ Empresa de Pequeno Porte)

4.12.1. A licitação em questão tem por objeto a prestação de serviço de capacitação de pilotos de aeronaves de asas rotativas.

4.12.2. Conforme o entendimento do Acórdão 1238/2016 do Tribunal de Contas da União (TCU), o parcelamento do objeto licitatório deve atender ao interesse da Administração e não há obrigação legal de fazê-lo exclusivamente para permitir a participação de ME/EPP.

4.12.3. No caso específico em análise, o fracionamento poderia comprometer a integridade técnica da solução final, bem como a compatibilidade e a uniformidade dos equipamentos, fundamentais para a operação conjunta e integrada das unidades que utilizarão os equipamentos. A divisão do objeto para inclusão de cotas destinadas a ME/EPP, conforme estipulado pelo artigo 48, inciso III, da Lei Complementar nº 147/2014, seria tecnicamente inviável e economicamente desvantajosa para a Administração. A complexidade envolvida na especificação, aquisição e integração dos equipamentos exige que o fornecimento seja feito por empresas com capacidade comprovada e histórico de atuação no setor, garantindo a conformidade com as normas técnicas e os requisitos de qualidade estabelecidos. Adicionalmente, o artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021, reforça que a divisão das compras deve ocorrer apenas quando técnica viável e economicamente vantajoso, buscando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

4.12.4. No presente caso, a tentativa de divisão poderia resultar em aumento de custos e redução da eficiência operacional, prejudicando o interesse público. Portanto, a não previsão de cota reservada a ME/EPP na licitação de contratação de empresa especializada em formação de pilotos é justificada pela necessidade de assegurar a qualidade, uniformidade e eficiência dos treinamentos objetos dessa licitação, bem como pelo respeito aos princípios da economicidade e da eficiência na gestão dos recursos públicos. Esta abordagem visa garantir que o processo licitatório atenda plenamente aos objetivos da Administração Pública, promovendo a aquisição de serviços de alta qualidade e desempenho, essenciais para o cumprimento de suas atividades.

4.13. Subcontratação

4.13.1. Será admitida a subcontratação da integralidade dos discentes, no que tange à parte teórica; para o treinamento prático de PPH, PCH e IFR-H, no percentual de até 30% (trinta por cento) do quantitativo de discentes, ambos em cada contrato firmado.

4.13.2. O Centro de Instrução de Aviação Civil (CIAC) que se submeterem à subcontratação deverão atender aos mesmos requisitos que a contratada, devendo observar o TR e seus Anexos.

4.13.3. A contratada deverá se responsabilizar diretamente pela parte do objeto prestada pela sua subcontratada, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

4.14. Registro de Preços. Participação. Adesão "carona"

4.14.1. A licitação ocorrerá por intermédio de Registro de Preços, considerada a finalidade do Escritório ComprasSusp e o atendimento à demanda de diversos Órgãos de Segurança Pública inscritos no Programa, nos termos do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, art. 3º, inc. I e III:

4.14.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de (Intenção de Registro de Preços (IRP), poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, considerando que a adesão à ata de registro de preços tem previsão na Seção V da Lei nº 14.133 /2021 e no Capítulo VIII do Decreto nº 11.462, de 2023, valoriza a eficiência e a economia processual.

4.14.3. Permite-se ao carona que diante da prévia licitação do objeto semelhante por outros órgãos, com acatamento das mesmas regras que aplicaria em seu procedimento, reduzir os custos operacionais de uma ação seletiva.

4.14.4. Destarte, a adesão a ata de registro de preços possibilita, a redução dos custos com licitações e a desburocratização, sendo esses os motivos que justificam sua previsibilidade neste certame, que tem como objeto atender a Senasp e demais órgãos participantes.

4.15. Dos Critérios de Sustentabilidade

4.15.1 A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJSP), ao promover a presente contratação, observará os preceitos dispostos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, que dispõem sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dão outras providências. Assim, como forma de se contratar empresas que forneçam seus serviços com menor impacto negativo, a licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta cópia(s) de certificação(ões), emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por outro meio de prova equivalente, que cumpre as exigências de sustentabilidade, ou declaração comprometendo-se a observar e cumprir os requisitos ambientais e as exigências de sustentabilidade.

4.15.2. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União (TCU) orienta no Acórdão:

"(...) 19.2. Com efeito, é legítimo que a entidade deseje adequar suas contratações a novos parâmetros de sustentabilidade ambiental, ainda que com possíveis reflexos na economicidade da compra, devendo fazer constar expressamente do processo de contratação motivação fundamentada que justifique a escolha dessas exigências."

"(Acórdão 1375/2015 Plenário, Representação, Relator Ministro Bruno Dantas, Boletim de Jurisprudência nº 84 do Tribunal de Contas da União).

4.15.3. Corroborando para os critério de sustentabilidade, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01 /2010, dispõe no art. 6º, o seguinte:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente. (grifo nosso)

4.15.4. Caberá à Contratada a aplicação de todos os demais critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação vigente.

4.16. Da exigência de amostra

Por se tratar de contratação de serviço, este quesito não se aplica à presente contratação

4.17. Bem de luxo

Por se tratar de contratação de serviço, este quesito não se aplica à presente contratação

4.18. Natureza da atividade a ser contratada

Conforme art. 2º da Portaria ME nº 7.828 de 2022 que estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193 /2019:

Art. 2º Consideram-se atividades de custeio, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, aquelas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;

II - os serviços de conservação, limpeza, jardinagem, mensageria, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações;

III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;

IV - aquisição, locação e reformas de imóveis;

V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos; e

VI - aquisição de materiais de expediente.

Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa.

Assim sendo, partindo da classificação trazida pela referida Portaria, entende-se que a contratação pretendida enquadra-se em atividade de custeio.

4.19. Garantia contratual dos bens

Não será exigida garantia contratual na presente contratação

4.20. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.

4.20.1. A Senasp não arcará com os custos de eventuais diárias, deslocamentos, passagens aéreas, hospedagem e alimentação para os discentes dos estados, devendo ficar sob a responsabilidade destes quaisquer despesas referente ao período do curso de formação de pilotos.

4.20.2. O cronograma das aulas teóricas, que poderá ocorrer de forma presencial ou EAD (on line), deverá ser disponibilizado pela empresa licitante vencedora, imediatamente, para os alunos indicados, por meio de correio eletrônico ou qualquer outro meio disponível de comunicação, inclusive por meio do *whatsapp*.

4.20.3. Em se tratando de aulas on line, estas devem ficar disponibilizadas por no mínimo 7 dias.

4.20.4. O cronograma das aulas deverá ser encaminhado, também, para o órgão gerenciador do contrato, por meio do e-mail eletrônico "**protocolo@mj.gov.br**", ao setor correspondente no contrato, após o recebimento dos nomes e contatos dos discentes indicados, a fim de aquele poder manter o controle e fiscalização.

4.20.5. Para qualquer uma das formas de ensino, presencial ou EAD, a empresa contratada deverá manter um canal de comunicação para dúvidas, durante todo o curso de formação e deverá ter, ainda, um sistema de imersão para fomentar o conhecimento e estímulo educacional dos discentes.

4.20.6. De acordo com o RBAC 141 EMD 03, a instituição que ministrar treinamento teórico na modalidade EaD, deverá possuir uma sede com endereço fixo e demais requisitos conforme o item 141.41.

4.20.7. Não obstante, deverá manter o registro e arquivos dos alunos dentro dos prazos e meios estabelecidos pela ANAC, no mesmo molde do RBAC 141.

4.20.8. A instrução teórica deverá possuir no máximo 25 (vinte e cinco) alunos por turma.

4.20.9. As recorrentes altas nos preços dos combustíveis têm impactado diretamente no valores da hora voo, o que deve ser levado em consideração pela licitante quando da formulação de sua proposta.

4.20.10. Taxas como inscrição em bancas de avaliação teórica, exames de proficiência (cheque), emissão de licenças dentre outros que estejam discriminados nos anexos de cada curso estarão a cargo das empresas ou escolas contratadas.

4.21. Do Curso Teórico de Piloto Privado de Helicóptero

4.21.1. A Escola ou Centro de Instrução de Aviação Civil, sob a orientação das normas da ANAC deverá ministrar, no mínimo, as seguintes disciplinas teóricas, podendo certificar outras, de acordo com a aprovação do curso pela ANAC, conforme quadro abaixo:

CURSO TEÓRICO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA MÍNIMA
PILOTO PRIVADO DE HELICÓPTERO	Regulamento de Tráfego Aéreo	30
	Conhecimentos Técnicos de Aeronaves	20
	Meteorologia	25
	Navegação Aérea	35
	Teoria do voo	25
TOTAL		135

4.22. Do Curso Prático de Piloto Privado de Helicóptero

4.22.1. A grade curricular para o curso de Piloto Privado de Helicóptero deverá contemplar no mínimo as seguintes manobras, conforme o RBAC 61:

Curso Prático	Módulo Prático	Descrição/ Especificação	Unidade	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
	(2) categoria helicóptero: (i) reconhecimento e gerenciamento de ameaças e erros; (ii) procedimentos anteriores ao voo, inclusive determinação de peso e balanceamento, inspeções e serviços de manutenção no helicóptero; (iii) operações em aeródromos e em circuitos de tráfego; precauções e procedimentos relativos à prevenção de colisões; (iv) controle do helicóptero utilizando referências visuais externas; (v) recuperação no estágio inicial de descida vertical lenta com motor, técnicas de recuperação com o rotor em baixo regime dentro do regime normal do motor;	Ground School	ALUNOS	1	312
		Hora de voo em aeronaves monomotoras homologadas para instrução VFR	HORAS	39,0	12.168

(vi) manobras e corridas em voo próximo ao solo; voo pairado; decolagens e aterrissagens normais, sem vento e em terreno inclinado;				
(vii) decolagens e aterrissagens com potência mínima necessária; técnicas de decolagem e aterrissagem de máximo desempenho; operações em locais restritos; paradas rápidas;	Hora de voo em aeronaves monomotoras homologadas para cheques PPH	HORAS	1,0	312
(viii) voo de navegação por referências visuais, navegação estimada e, quando disponível, com auxílio de rádio navegação, incluindo um voo de pelo menos 1 (uma) hora;				
(ix) operações de emergência, incluindo falhas simuladas de equipamentos do helicóptero; aproximação e aterrissagem em procedimento de autorrotação;				
(x) operações com origem, destino ou trânsito por aeródromos controlados, cumprindo os procedimentos dos serviços de controle de tráfego aéreo e os procedimentos e fraseologia de radiocomunicações; e				
(xi) procedimentos e fraseologia para as comunicações;				

4.23. Do Curso Teórico de Piloto Comercial de Helicóptero

4.23.1. A Escola ou Centro de Instrução de Aviação Civil, sob a orientação das normas da ANAC deverá ministrar, no mínimo, as seguintes disciplinas teóricas, podendo certificar outras, de acordo com a aprovação do curso pela ANAC, conforme quadro abaixo:

CURSO TEÓRICO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA MÍNIMA
PILOTO COMERCIAL DE HELICÓPTERO / IFR-H	Regulamento de Tráfego Aéreo	45
	Conhecimentos Técnicos de Aeronaves	50
	Meteorologia	40
	Navegação Aérea	100
	Teoria do voo	30
TOTAL		265

4.24. Do Curso Prático de Piloto Comercial de Helicóptero

4.24.1. A grade curricular para o curso de Piloto Comercial de Helicóptero deverá contemplar no mínimo as seguintes manobras, conforme o RBAC 61:

Curso Prático	Módulo Prático	Descrição/ Especificação	Unidade	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA

Piloto Comercial de Helicóptero	(2) categoria helicóptero:	Hora de voo em aeronaves monomotoras homologadas para instrução VFR.	ALUNOS	1	312
	(i) reconhecimento e gerenciamento de ameaças e erros;		HORAS	55	17.160
	(ii) procedimentos anteriores ao voo, inclusive determinação de peso e balanceamento, inspeções e serviços de manutenção no helicóptero;	Hora de voo para check VFR.	HORAS	1,0	312
	(iii) operações em aeródromos e em circuitos de tráfego; precauções e procedimentos relativos à prevenção de colisões;	Hora de voo em aeronaves monomotoras homologadas para instrução IFR-H.	HORAS	5,0	1.560
	(iv) controle do helicóptero utilizando referências visuais externas;				
	(v) recuperação no estágio inicial de descida vertical lenta com motor, técnicas de recuperação com o rotor em baixo regime dentro do regime normal do motor;				
	(vi) manobras e corridas em voo próximo ao solo; voo pairado; decolagens e aterrissagens normais, sem vento e em terreno inclinado;				
	(vii) decolagens e aterrissagens com potência mínima necessária; técnicas de decolagem e aterrissagem de máximo desempenho; operações em locais restritos; paradas rápidas;				
	(viii) voo pairado sem efeito solo; operações com carga externa, se aplicável; voo a grande altitude;				
	(ix) manobras básicas de voo e recuperação de atitude anormal somente por referência dos instrumentos básicos de voo;				
	(x) voo de navegação por referências visuais, navegação estimada e, quando disponível, com auxílio de rádio navegação, incluindo um voo de pelo menos 1 (uma) hora;	Hora de voo em simulador homologado.	HORAS	5,0	1.560
	(xi) operações de emergência, incluindo falhas simuladas de equipamentos do helicóptero; aproximação e aterrissagem em procedimento de autorrotação;				
	(xii) operações com origem, destino ou trânsito por aeródromos controlados, cumprindo os procedimentos dos serviços de controle de tráfego aéreo e os procedimentos e fraseologia de radiocomunicações;				
	(xiii) procedimentos e fraseologia para as comunicações; e,				
	(xiv) procedimentos e fraseologia sobre instrução aos passageiros quanto aos procedimentos de embarque e				

	desembarque e procedimentos de segurança;				
--	---	--	--	--	--

4.25. Do Curso Teórico de Voo por Instrumentos (IFR-H)

4.25.1. A Escola ou Centro de Instrução de Aviação Civil, sob a orientação das normas da ANAC deverá ministrar, no mínimo, as seguintes disciplinas teóricas, podendo certificar outras, de acordo com a aprovação do curso pela ANAC, conforme quadro abaixo:

CURSO TEÓRICO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
VOOS POR INSTRUMENTOS (IFR-H)	Regulamento de Tráfego Aéreo	40
	Meteorologia	40
	Navegação Aérea	100
TOTAL		180

4.26. Do curso Prático de Voos por Instrumentos (IFR-H)

4.26.1. A grade curricular para o curso de Voo por instrumentos (IFR-H) deverá contemplar no mínimo as seguintes manobras, conforme a Subparte 'L' do RBAC 61.

Curso Prático	Módulo Prático	Descrição/ Especificação	Unidade	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
Voo por Instrumentos (IFR-H)	A instrução de voo deve incluir, no mínimo, os seguintes aspectos: (i) procedimentos anteriores ao voo, inclusive utilização do manual de voo ou documento equivalente e dos documentos pertinentes aos serviços de controle de tráfego aéreo para a preparação de um plano de voo em condições de voo por instrumentos; (ii) inspeção de pré-voo, utilização de lista de verificações, táxi e verificações antes da decolagem; (iii) procedimentos e manobras para operações em voo por instrumentos em condições normais, anormais e de emergência que compreendam, no mínimo: (A) transição para voo por instrumentos na decolagem; (B) saídas e aproximações por instrumentos padronizadas;	Hora de voo em aeronaves monomotoras homologadas para instrução IFR-H pela ANAC sob capota	ALUNOS	1	267
			HORAS	25	6.675
		Hora de voo em aeronaves IFR-H para check.	HORAS	1,5	400,5
		Hora de voo no simulador homologados pela ANAC.	HORAS	25,0	6.675

(C) procedimentos de voo por instrumentos em voo de navegação; (D) procedimentos de espera; (E) aproximações por instrumentos nos mínimos especificados; (F) procedimento de aproximação perdida por instrumentos; e (G) aterrissagem a partir de aproximações por instrumentos; (iv) manobras em voo e características peculiares de voo; e (v) quando aplicável, voo por instrumentos em operação monomotor simulada em aeronaves multimotoras;	Hora de voo no simulador homologado pela ANAC para check	HORAS	1,5	400,5

4.27. Da Instrução Prática em "Treinamentos e Procedimentos de Emergência" (TPE)

4.27.1. O objetivo da instrução prática é desenvolver no aluno a perícia necessária para realizar as diversas manobras, com segurança, mas procurando aproximar-se dentro do possível das condições de uma falha real e respeitando os limites estabelecidos pelo fabricante no Manual de Voo da aeronave.

4.27.2. O curso deverá ser desenvolvido dentro de um total de no mínimo 04 (quatro) horas de aula, sendo ao menos 01 (um) hora teórica (briefing) e 3 (três) horas de voo por aluno.

4.27.3. A grade curricular para o curso de Treinamentos e Procedimentos de Emergência (TPE) deverá contemplar no mínimo as seguintes manobras e atender às normas regulamentares da aviação civil:

Curso Prático	Módulo Prático	Descrição/ Especificação	Unidade	QUANTIDADE MÍNIMA EM HORAS /ALUNOS	QUANTIDADE MÁXIMA EM HORAS /ALUNOS
	Transparência de servo comandos				
	Demonstração da estabilidade dinâmica				
	Pouso corrido				
	Voo sem hidráulico				
	Pouso corrido sem hidráulico				
	Perfil de decolagem				
	Diagrama altura x velocidade				
	Testes dos				

TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE EMERGÊNCIA (TPE), EM AERONAVE DE CLASSE HMNT, DO TIPO AS 350/"ESQUILO".	sistemas	Hora de voo em aeronaves monoturbina, tipo Esquilo (AS 350 /H125) homologadas para instrução VFR em Procedimentos de Emergência	HORAS	3	1.050
	Voo pairado, giros e deslocamentos dentro do efeito solo (DES*) sem hidráulico				
	Demonstração de pouso sem os pedais				
	Voo e pouso com o governador em emergência (efetivo/real)				
	Pouso sem pedais (efetivo /real)				
	Falha no sistema hidráulico				
	Falha no governador				
	Falha no comando de passo do r/c				
	Perda de tração do r/c				
	Falha de motor em voo cruzeiro				
	Autorrotação direta				
	Autorrotação de 90, 180 e 360				
	Falha de motor na decolagem				
	Autorrotação de 0, 10, 20, 30, 40, 50 e 60 Kt				
	Falha de motor durante o taxi				
	Falha de motor no pairado dentro do efeito solo				
	Falha de motor no pairado fora do efeito solo				
	Falha de motor na aproximação				

5. Levantamento de Mercado

5.1. Realizada pesquisa, pelos navegadores conhecidos, e já utilizadas as empresas conhecidas no mercado, trazem-se à tona rol de empresas com potencial para atender à demanda da DFNSP, quais sejam:

Razão Social	Nome Fantasia	CNPJ
Escola de Aviação Civil Asas Rotativas Ltda	Asas Rotativas	03.871.566/0001-87
EWM Escola de Aviação Civil Ltda	EWM Escola de Aviação	53.606.323/0001-34
Go Air Escola de Aviação Civil Ltda	Go Air	13.911.396/0001-90
Eficaz Escola de Aviação Civil Ltda	Eficaz Aviação	10.597.104/0001-70
Escola de Aviação Civil Companhia das Asas Eireli	Companhia das Asas	17.468.038/0001-96
Aeroclube de Santa Catarina	Aeroclube de Santa Catarina	83.893.300/0001-09
Aeroclube de São Paulo	Aeroclube de São Paulo	60.395.035/0001-72
Rangel Escola de Aviação Civil Ltda	Rangel Escola de Aviação	08.575.462/0001-30
Delta 5 Escola de Aviação Civil Ltda	Delta 5	11.234.332/0001-14
Master Escola de Aviação Civil Ltda	Master Aviação	09.559.702/0001-52

5.2. Consultado o mercado com vistas a levantar os possíveis prestadores para a contratação pretendida com a melhor solução que atenda às demandas da DFNSP, foram considerados 3 (três) possíveis cenários para suprirem tais necessidades:

Cenário 1 - Aderir a uma Ata Registro de Preços vigente de órgãos públicos federais, que atenda as especificações e serviço pretendido;

Cenário 2 - Construção de Escola de Formação e Aquisição de Aeronaves de Asa Rotativa;

Cenário 3 - Contratação de serviço de centros de formação de pilotos para aeronaves de asa rotativa por meio de Sistema de Registro de Preços – SRP.

CENÁRIO 1	
Entidade	Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Descrição	Aderir a uma Ata Registro de Preços vigente de órgãos públicos federais, que atenda as especificações e serviço pretendido
	O Decreto nº 11.462/2023, regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 40 da Lei 14.133 /21. Tal diploma legal viabiliza a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes do Sistema de Registro de Preços no art. 31, vejamos: "Art. 31. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:"

Análise do Cenário	Por conseguinte, esse é um cenário a ser analisado pela Equipe de Planejamento da Contratação.
	Vantagens: <ul style="list-style-type: none"> • Celeridade no processo, visto que a etapa seguinte seria apenas a pesquisa de preços para verificar a vantagem, o aceite do fornecedor beneficiário e a solicitação de adesão ao órgão gerenciador, sendo positiva a resposta, o próximo passo seria a formalização da contratação;
	Desvantagens: <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de encontrar uma ata que atenda ao quantitativo e especificações desta demanda. Após pesquisa no módulo de Gestão de Atas, do módulo de IRP no sistema compras.gov.br, não foram encontradas atas de registro de preços com objeto semelhante ao pretendido. Por conseguinte, essa possibilidade se torna inviável.
	IRP <p>Ainda em reforço, foi realizada busca no PNCP (https://pncp.gov.br/app/atas?q=forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20piloto&pagina=1&status=vigente&esferas=F, acessado em 19/01/2026 às 15h30) em conformidade com o art.10, do Decreto nº 11.462/2023, mas trouxe atas vigentes para a Polícia Federal que tem como escopo a formação de pilotos para as aeronaves Embraer 175 e King Air 350b, contrariando as especificidades dos itens deste Estudo. Dessa feita, cita-se o art. 10:</p> <p>"Art. 10. Os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.</p> <p>Parágrafo único. Constará nos autos do processo de contratação a manifestação do órgão ou da entidade sobre a deliberação de que trata o caput. "</p> <p>Conclui-se que a contratação por meio da modalidade de adesão à Ata de Registro de Preços é impossível por não haver serviços vigentes em outros órgãos que tenham como objeto os itens mote deste Estudo na esfera federal.</p>

CENÁRIO 2	
Entidade	Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Descrição	Construção de Escola de Formação e Aquisição de Aeronaves de Asa Rotativa
Análise do Cenário	Vantagens: <ul style="list-style-type: none"> • Possuir um centro de excelência, referência em âmbito nacional, para a formação de pilotos em todo o Brasil, não importando o tipo de asa rotativa. • Treinamento sob demanda. Desvantagens: <ul style="list-style-type: none"> • Investimentos elevados com a construção de um centro de formação de pilotos e aquisição de aeronaves de asa rotativa; • Custos operacionais correntes com a manutenção do centro de formação; • Possuir corpo de instrutores habilitados; • Necessidade de contratos para manutenção e abastecimento das aeronaves; • Efetivo e espaço para os helicópteros ficarem hangarados; • Necessidade de homologação junto à ANAC.

CENÁRIO 3	
Entidade	Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Descrição	Contratação de serviço de centros de formação de pilotos para aeronaves de asa rotativa por meio de Sistema de Registro de Preços – SRP

Análise do Cenário	<p>Em um terceiro cenário temos a possibilidade de adquirir os objetos por meio de Sistema de Registro de preços – SRP.</p> <p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de despesas operacionais com espaço, aeronaves, e demais despesas correntes; • Busca da prestadora com a maior vantagem ao serviço público; • Possibilidade de os centros disporem de maior variabilidade de aeronaves que demandem novos treinamentos; • Maior intercâmbio com as novidades do mercado privado. <p>Destaca-se como vantagem a possibilidade de o processo licitatório atingir melhores valores, uma vez que uma das etapas previstas para o Registro de Preços é a abertura de Intenção de Registro de Preços (IRP) para as unidades da Federação, que aumentaria consideravelmente o quantitativo a ser contratado, e, conseqüentemente possibilitaria rendimento de escala e economicidade.</p> <p>Desse modo, a contratação por registro de preços permite maleabilidade gerencial à administração pública e, ao mesmo tempo, atende ao escopo do ComprasSusp, oferecendo a oportunidade a vários órgãos de se tornarem partícipes, que traz maior atratividade à contratação de empresas com estrutura real no segmento.</p> <p>Desvantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de morosidade na obtenção de dados dos órgãos partícipes; • Erros documentais dos partícipes que tragam necessidade de ajustes após consultoria jurídica; • Processo com prazos temporais maiores devido ao gerenciamento de dados dos partícipes pelo órgão gerenciador.
--------------------	--

5.3. Diante dos possíveis cenários para solução mais viável no atendimento da demanda apresentada, a **Contratação por meio do Sistema de Registro de Preços é a mais viável, quando se sopesam as vantagens perante às desvantagens**, pois a metodologia mais adequada e aplicada, dentro deste item, "levantamento de mercado", dá-se com a formação de pilotos por meio de escola de aviação civil ou centro de instrução de aviação civil (CIAC), em que os servidores, candidatos às vagas, e após o processo seletivo, serão direcionados a uma escola homologada em formação teórica e prática de aeronave do tipo asa rotativa (helicóptero), tais como Piloto Privado (PP), Piloto Comercial (PC), para os treinamentos IFR, em que as empresas deverão possuir equipamentos homologados pela ANAC e para o Treinamento em Procedimentos de Emergência (TPE).

5.4. Para os fins deste procedimento, as empresas ou escolas contratadas deverão possuir registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), de forma a comprovar o seu vínculo com a atividade aeronáutica.

5.5. Dessa forma, como primeiro procedimento de levantamento, foi realizada consulta ao sítio eletrônico da ANAC para verificar quantas e quais escolas estavam credenciadas para ministrar os treinamentos nas aeronaves que serão utilizadas por este Ministério da Justiça, para que seja alcançada a concessão de habilitação teórica e prática em helicóptero, que são listadas no sítio eletrônico: <https://sistemas.anac.gov.br/rbac141/ciac/pesquisar>, bem como, <https://sistemas.anac.gov.br/educator/index2.aspx>. Dessa forma, temos o número de empresas habilitadas no país, capacidades, tipos de cursos ofertados e disponibilidade de treinamento institucional.

5.6. Após isso, buscamos averiguar as possibilidades de parcerias institucionais entre órgãos públicos, como a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas, ou aviação de outros estados, que possuam centros de formação de pilotos, assim, teríamos padronização operacional, redução de custos, segurança jurídica via convênio etc., contudo, não foi encontrada essa viabilidade.

5.7. Ainda neste norte, verificamos que a Polícia Federal formalizou a Ata de Registro de Preço nº 21-2024 CGAD/DLOG, a qual tem como objeto a contratação de escola de formação de pilotos, para um quantitativo pequeno de discentes e não permitiu adesões tardias.

5.8. Em consulta ao módulo IRP do Sistema Compras, não foram encontrados, em âmbito Federal, registro de preços segundo anexo I deste Estudo.

5.9. Após averiguar todos os meios possíveis, para a execução à formação técnica de servidores em curso de aviação, para asa rotativa (helicóptero), estudou-se a necessidade de implementação de um programa interno de capacitação completa, para a formação de pilotos de aeronave em asa rotativa, a fim de fortalecer a capacidade institucional e criar uma memória técnica nas Unidades Aéreas dos diversos órgãos dos estados da Federação. Assim, teremos a fomentação de programas, via Ministério da Justiça, com a capacitação interinstitucional, por intermédio deste financiamento, atenuando a falta da mão de obra técnica nos estados.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Tópico 1 deste estudo técnico preliminar (ETP), abrange a Contratação de Escolas ou Centros de Treinamento homologados pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para ministrar cursos de capacitação em aeronaves de asa rotativa, visando à qualificação de profissionais de segurança pública (policiais civis, policiais militares e bombeiros militares) para comporem o quadro de pilotos da Unidades Aéreas Públicas (UAP) dos Entes da Federação, atendendo à legislação aeronáutica brasileira.
- 6.2. Os cursos envolvem aulas teóricas que podem ocorrer na modalidade EaD (Ensino à Distância), com as exigências contidas neste ETP e demais documentos anexos.
- 6.3. As aulas práticas em aeronaves, na modalidade IFR, disponibilizadas pelos centros de treinamento, poderão ser realizadas parcialmente em equipamentos eletrônicos de simulador de voo, homologados pela ANAC, conforme as normas da ANAC.
- 6.4. As ações de capacitação estão descritas de forma minudenciada nos Anexos III e IV.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. Considerando que as Unidades Aéreas Públicas dos entes federativos operam, majoritariamente, com aeronaves do tipo asa rotativa e que o número atual de pilotos encontra-se no limite da capacidade operacional, reforça-se a necessidade de fomentar a aviação nos órgãos de segurança pública estaduais. Para isso, é imprescindível a contratação de empresa especializada na formação de pilotos de aeronaves de asa rotativa, com o objetivo de ampliar a capacidade operacional.
- 7.2. Tal iniciativa visa, também, atender às demandas do "Plano AMAS: Segurança e Soberania", que tem por finalidade desenvolver ações de segurança pública adaptadas às necessidades e especificidades dos estados da Amazônia Legal, com foco no enfrentamento aos crimes que assolam a região, em especial os crimes ambientais e suas conexões.
- 7.3. Assim, busca-se a capacitação e treinamento de servidores públicos, da segurança pública, na formação de pilotos de aeronaves para todos os estados do país, com o objetivo de ampliar as ações aerotáticas necessárias para o enfrentamento à criminalidade, bem como atender a demanda do Plano AMAS.
- 7.4. As quantidades apresentadas pela área demandante foram estabelecidas com base nas necessidades do órgão, especialmente direcionadas ao atendimento do Plano Amas e das demais políticas instituídas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Nesse sentido, para a mensuração do quantitativo referente aos itens 1 (Curso de Piloto Privado de Helicóptero), 2 (Curso de Piloto Comercial de Helicóptero) e 4 (Curso de Treinamento de Emergência), adotou-se como parâmetro a oferta de 4 (quatro) vagas por unidade da federação e para a Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP), totalizando 112 (cento e doze) vagas para os itens 1 e 2. Já o quantitativo da Força Nacional, para o item 4, serão 12 (doze) vagas, totalizando 120 (cento e vinte) vagas.
- 7.5. Por sua vez, para o item 3 — Curso de Voo por Instrumentos (IFR) —, considerou-se como métrica a disponibilização de 2 (duas) vagas por unidade da federação mais quatro vagas para a Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP), resultando em um total de 58 (cinquenta e oito) vagas.

7.6. Para atendimento à demanda do órgão gerenciador, prevê-se o seguinte quantitativo:

ITEM	CURSOS	CATSER	UNIDADE	QTD. ALUNOS SENASP
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	112
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	112
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H) -(Teórico + Prático)	17710	Unid.	58
4	Curso de Treinamentos e Procedimentos de Emergências para Asa Rotativa (TPE) em Aeronave do tipo Esquilo (AS350 ou H125) - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	120

7.6.1. Nesse mesmo sentido, demonstra-se o quantitativo dos órgãos partícipes, a saber:

ITEM	CURSOS	CATSER	UNIDADE	QTD. ALUNOS PARTÍCIPE
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	160
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	168
3	Curso de voo por instrumentos (IFR) -(Teórico + Prático)	17710	Unid.	196
4	Curso de Treinamentos e Procedimentos de Emergências para Asa Rotativa (TPE) em Aeronave do tipo Esquilo (AS350 ou H125) - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	230

7.6.2. Demonstrado as tabela acima de modo condensado abaixo, que segue:

ITEM	CURSOS	CATSER	UNIDADE	QTD. ALUNOS SENASP	QTD. ALUNOS PARTÍCIPE	TOTAL
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	112	160	272
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	112	168	280
3	Curso de voo por instrumentos (IFR) - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	58	196	254
4	Curso de Treinamentos e Procedimentos de Emergências para Asa Rotativa (TPE) em Aeronave do tipo Esquilo (AS350 ou H125) - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	120	230	350

7.7. Os quantitativos de ações de capacitação demandados no presente processo decorrem justamente do número de aeronaves que serão empregadas na Amazônia Legal, que a princípio serão usadas em pelo ao menos seis estados do norte do país, sendo ampliada a capacidade aérea na segunda fase do projeto AMAS.

7.8. Nesta esteira, para se quantificar a demanda, a CAV/DFNSP procedeu a estudos baseados em parâmetros de pesquisa direta junto às Unidades Aéreas Públicas, onde identificou-se que o quadro de pilotos na região Amazônica não seria suficiente para o recebimento da ampliação da capacidade operacional aérea, por isso agregou-se o fator de extensão do quantitativo das vagas para a formação de pilotos nos estados que estão fora da região Amazônica, tendo, desta forma, profissionais qualificados em todo o país, a fim de serem mobilizados para cumprirem uma parte operacional na Amazônia Legal ou para atender a chamamento em momentos de calamidades públicas ou emergenciais por este Ministério da Justiça.

7.9. Reforça-se que, em regra, os cursos serão sequenciais, iniciando com o PPH (Curso de Piloto Privado de Helicóptero). Contudo, a depender da necessidade e da dotação orçamentária, nada obsta que os demais possam ser demandados a pedido da Unidade Aérea Pública.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 121.257.093,78

8.1. O preço estimado da contratação para o órgão gerenciador é de **R\$ 42.863.408,78** (quarenta e dois milhões, oitocentos e sessenta e três mil e quatrocentos e oito reais e setenta e oito centavos), conforme Relatório Pesquisa de Preços nº 67/2025 (SEI nº 33053435) e

8.1.1. De modo sinóptico, apresenta-se a estimativa de consumo:

ITEM	CURSOS	CATSER	UNIDADE	QTD. ALUNOS SENASP	QTD. ALUNOS PARTÍCIPE	TOTAL [A]	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO (R\$) [B]	VALOR MÁXIMO TOTAL (R\$) [A x B]
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	112	160	272	103.364,85	28.115.239,20
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	112	168	280	166.906,21	46.733.738,80
3	Curso de voo por instrumentos (IFR-H) - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	58	196	254	114.087,07	28.978.115,78
4	Curso de Treinamentos e Procedimentos de Emergências para Asa Rotativa (TPE) em Aeronave do tipo Esquilo (AS350 ou H125) - (Teórico + Prático)	17710	Unid.	120	230	350	49.800,00	17.430.000,00
VALOR TOTAL (R\$)								121.257.093,78

8.2. O preço estimado da contratação para os partícipes é de **R\$ 78.393.685,00** (setenta e oito milhões, trezentos e noventa e três mil e seiscentos e oitenta e cinco reais), conforme Relatório Pesquisa de Preços nº 67/2025 (SEI nº 33053435) e Relatório Pesquisa de Preços nº 51/2026 (atualização do valor do item 4), e Planilha Gerenciador e Partícipes IRP nº 10/2025 _Atualizada (35117965).

8.3. O preço estimado total da contratação (órgão gerenciador + partícipes) é de **R\$ 121.257.093,78** (cento e vinte e um milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e noventa e três reais e setenta e oito centavos), conforme Relatório Pesquisa de Preços nº 67/2025 (SEI nº 33053435) e Relatório Pesquisa de Preços nº 51/2026 (atualização do valor do item 4), e Planilha Gerenciador e Partícipes IRP nº 10 /2025 _Atualizada (35117965).

8.2. Reforça-se que foram coletados 03 (três) orçamentos para os cursos demandados, para compor o preço de referência e que os valores serão finalizados após levantamento de órgãos interessados em participar do registro de preços que será realizado.

8.3. Do Pagamento) Escola(s)

8.3.1. O pagamento devido à(s) Escola(s) ocorrerá sempre ao final de cada ciclo, teórico e prático.

8.3.2. será considerado para fins de faturamento o período de conclusão de cada turma de alunos, conforme cronograma enviado pela contratada.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O investimento em capacitação é essencial para o bom desempenho dos profissionais atuantes na área de aviação. É fundamental que esses cursos sigam padrões rígidos de qualidade e performance, a fim de garantir a efetiva transmissão de conhecimento, além de viabilizar a prática das atividades da área com melhor qualidade e segurança.

9.2. Dentro da perspectiva de parcelar o objeto por regiões ou localidades, vale esclarecer que todos os fornecedores identificados nesta fase de estudo, que eventualmente possam suprir a necessidade aqui especificada, fixam-se em localidades concentradas. Foi verificada a existência de 5 (cinco) escolas em território nacional capazes de ministrar as aulas pretendidas, sendo que 4 (quatro) delas concentram-se nas regiões sul e sudeste do país, restando 1 (uma) na região nordeste. Entretanto, possuem estas capacidade de atender as quantidades definidas.

9.3. Nestes termos, nos termos do Acórdão TCU 1.946/2006-TCU-Plenário:

"[Voto] (...) 5. Como regra geral, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, exige-se o parcelamento do objeto licitado sempre que isso se mostre técnica e economicamente viável. A respeito da matéria, esta Corte de Contas já editou a

Súmula n. 247/2004, *verbis*: 'É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes...'. 6. Depreende-se do dispositivo legal que a divisão do objeto deverá ser implementada sempre que houver viabilidade técnica e econômica para a sua adoção. 7. Desta feita, é mister considerar dois os aspectos básicos acima suscitados, quais sejam, o técnico e o econômico. Sob o primeiro, o parcelamento dependerá da divisibilidade do objeto licitado. No que concerne ao segundo quesito, o fracionamento deve ser balizado pelas vantagens econômicas que proporciona à Administração Pública, com a redução de custos ou despesas, de modo a proporcionar a obtenção de uma contratação mais vantajosa para a Administração. (...)'' (grifo)

9.4. Optou a Administração por parcelar a licitação em 04 (quatro) itens autônomos vez que, em que pese a inscrição em um curso por vezes demandar experiência ou conhecimento prévia em outro curso, (como por exemplo é o caso do curso prático que demanda o conhecimento teórico prévio, não é mandatório que as aulas devam ser ministradas pela mesma contratada, bastando que, ao indicar um potencial aluno, o fiscal verifique se o servidor possui as "credenciais" ou o conhecimento prévio necessário que o torne apto e elegível a participar daquela capacitação.

9.5. Caso, após inscrição de futuros interessados em IRP, seja verificado um aumento expressivo do quantitativo, que possa vir a causar problemas à execução do objeto, em virtude do vulto das turmas, sugere-se sejam os itens separados por UASG, de forma que mais empresas possam prestar os serviços de forma concomitante, visando o atendimento à demanda de forma mais eficiente e eficaz

Da Não Previsão de Cota Reservada para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

9.6. Considerando que o valor estimado da contratação é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), onde a Lei Complementar nº 123 /2006 estabelece neste caso, que a reserva de cotas para ME/EPP em licitações públicas é facultativa, ou seja, não é obrigatória em todos os casos, a decidimos por não estabelecer uma cota reservada para essas empresas, em virtude da característica própria do mercado fornecedor, que dispõe de apenas 5 (cinco) concorrentes. A previsão de item exclusivo poderia criar direcionamento e estabelecimento e prática de preços mais elevados, injustificadamente.

9.7. Cabe ressaltar que, mesmo sem a previsão de cota reservada, as ME/EPP ainda poderão usufruir de outras prerrogativas previstas na Lei Complementar nº 123/2006, como o tratamento diferenciado e simplificado durante a fase de habilitação, a possibilidade de apresentação de documentação irregular e a preferência no desempate.

9.8. Considerando as características específicas do objeto e a inexistência de vantagem competitiva gerada pelo parcelamento, a divisão em cotas reservadas pode não ser a estratégia mais adequada para promover a participação de ME/EPP, podendo, inclusive, comprometer o alcance dos objetivos da contratação.

9.9. Diante do exposto, que a decisão de não prever cota reservada para ME/EPP neste processo licitatório encontra respaldo nas particularidades do objeto, na busca pela economicidade e eficiência da contratação, bem como no respeito às prerrogativas previstas na legislação aplicável.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se verifica a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para execução deste objeto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Objeto do presente Estudo Técnico Preliminar está formalizado nos Documento de Formalização da Demanda (DFD) (SEI nº 30512627), e consolidado no Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC, a fim de dar cumprimento a Instrução Normativa Nº 1, de 10 de janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e funcional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.

11.2. Os treinamentos mencionados possuem caráter recorrente, e são condição necessária à operação das aeronaves pertencentes à frota a ser operada pela Coordenação de Aviação da Força Nacional de Segurança Pública (CAV/DFNSP).

11.3. Os recursos materiais e humanos de que dispõe a CAV/DFNSP encaixam-se nos Objetivos Estratégicos da DFNSP/SENASP.

11.4. Os entes federados que forem beneficiários de vagas contratadas pelos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP /SENASP) deverão dispor de servidor(es), de seu efetivo, com a mesma expertise para atender às operações aéreas especiais, da Diretoria da Força Nacional, pelo período máximo de 02 (dois) anos.

11.5. Os estados indicarão os seus servidores para a capacitação, após a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica para tal finalidade.

11.6. A cessão de efetivo para a Força Nacional será executada mediante solicitação formal da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública ao ente federado.

11.7. Aos servidores públicos estaduais já mobilizados na DFNSP, que forem contemplados com uma das vagas da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, deverão obedecer aos critérios legais para a capacitação e o disposto no TR e seus anexos

11.8. O estado que não atender ao descrito no item 11.4. será obrigado a ressarcir aos cofres públicos o investimento feito nos seus servidores, quanto aos cursos de formação de pilotos, nos mesmos moldes do item 4.5.1.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Um elevado grau de proficiência técnica é essencial para que as operações aéreas sejam seguras, eficientes e eficazes.

12.2. Os treinamentos técnicos à habilitação dos servidores policiais propicia segurança e maior conservação do equipamento aeronáutico, visando à minimização do erro humano como fator contribuinte para acidentes e incidentes aéreos.

12.3. Um número razoável de servidores habilitados é saudável para a rotatividade e descanso obrigatório dos pilotos, permite uma maior disponibilidade das aeronaves, por sua vez, permitindo também um maior atendimento de operações policiais, de transporte e salvamento.

12.4. Os profissionais mobilizados na Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, após seleção criteriosa, poderão ser indicados para as vagas referentes aos Cursos de Formação, os quais serão submetidos aos mesmos requisitos legais e exigidos dos estados.

12.5. A indicação de mobilizados para participação no Curso de Formação de Pilotos, justifica-se pela necessidade estratégica de ampliar e fortalecer a capacidade operacional dos órgãos públicos que utilizam aeronaves como ferramenta essencial em suas atividades institucionais.

12.6. A formação de pilotos dentro da estrutura federal atende a uma demanda crescente por profissionais qualificados, devidamente alinhados às diretrizes, normas e protocolos de atuação próprios da Administração Pública.

12.7. Ademais, faz parte do Pacto Federativo a devolução do servidor ao ente federado, que está mobilizado, a capacitação, e esta garante maior economicidade e segurança institucional, reduzindo custos com contratações externas, ao mesmo tempo em que promoverá maior integração, padronização e controle sobre as operações aéreas no serviço público.

12.8. Os servidores mobilizados, para tal formação, já possuem vínculo funcional, conhecimento da estrutura e das missões do órgão, o que facilita sua adaptação às atividades aéreas específicas e fortalece a doutrina operacional no âmbito da Diretoria da Força Nacional.

12.9. Outro fator relevante é que a formação de pilotos, no âmbito da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, contribui para a continuidade dos serviços essenciais de segurança, fiscalização, transporte logístico e ações humanitárias, atendendo diretamente ao interesse público. O aproveitamento dos servidores mobilizados, para esse fim é, portanto, medida de interesse institucional, estratégico e legal, compatível com a natureza de suas funções e indispensável para a plena execução das atribuições do estado.

12.10. Assim, é medida plenamente justificada e trata-se de atendimento ao interesse público, o qual promoverá o fortalecimento da capacidade estatal, e assegura o cumprimento eficaz das atribuições legais e operacionais do órgão.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto, pois no âmbito da Diretoria já existe pessoal qualificado para acompanhar todo o trâmite exigido nessa contratação.

13.2. Acrescenta-se que se trata de contratação cuja demanda é recorrente, para atendimento dos requisitos legais e técnicos para operação de aeronaves desta unidade, premissa essa que determina não haver providências para adequação do ambiente do órgão, além daquelas de caráter administrativo (fiscalização de execução contratual)

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. As escolas ou Centros de Treinamento deverão observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, especialmente:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

14.2. O fiscal do contrato, ao observar o descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato deverá proceder a comunicação da infração à Polícia Federal e ao órgão de fiscalização do Município, do estado ou da União. Disposições inerentes a critérios de sustentabilidade ambiental de obrigatoria observância pela contratada

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. O planejamento da contratação está em conformidade com os requisitos administrativos aplicáveis e, sob o ponto de vista finalístico, verifica-se o enquadramento da proposta às demandas da área de negócio, cujos benefícios pretendidos compensam adequadamente os investimentos da Administração.

15.2. Os custos previstos são compatíveis com o praticado no mercado e demonstram a economicidade de recursos.

15.3. Os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos necessários à consecução dos benefícios pretendidos, motivo pelo qual se recomenda a aquisição do objeto proposto.

15.4. A solução apresentada neste Estudo Técnico Preliminar atende integralmente ao princípio da padronização, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021. A pretensa contratação apresenta a racionalização dos processos, a otimização de recursos e a conformidade com normas e padrões são evidências do compromisso com a eficiência, economicidade e transparência nas aquisições públicas.

15.5. Portanto, após a análise detalhada desenvolvida neste estudo técnico preliminar, conclui-se que a contratação é viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de fornecimento do bem e competitividade. Não se identificaram impedimentos ao prosseguimento do processo.

Recomenda-se, assim, a continuidade dos procedimentos conforme delineado neste ETP.

Assim, diante do exposto acima, entende-se por **VIÁVEL** a contratação da solução demandada. Em cumprimento ao disposto da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, emitida pela Secretaria Especial de Desburocratização do Ministério da Economia, o presente documento segue assinado pelos Integrantes Requisitante, Administrativo e Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSIVAN BRITO DE ARAUJO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 10:45:31.

MARCELO CAVALCANTE DOS SANTOS

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 10:24:16.

DAVIDSON AUGUSTO DE SALES AMORAS

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 11:36:05.

MARCUS ANTONIO LIMA MOREIRA

integrante administrativo



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 10:23:14.



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1.2. Objetivo a atingir: Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.

1.3. Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

1.4. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

2.2. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

2.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

2.5. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

2.6. Para consecução destes objetivos deverá ser adotado as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

2.7. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de mobilizados da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, pertencentes à Coordenação de Aviação, acompanhados dos profissionais da Contratada. IMR

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

3.1. A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para o mês de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário. Serão dois módulos distintos a serem avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

ÓDULO 1 - AVALIAÇÃO DA ESCOLA

Aferição: Condicionada à verificação pelo Fiscal Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência) que detalhará a ocorrência.
--

Itens a serem observados:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">1 – Ausência de algum dos certificados exigidos e/ou vencidos;2 - Deixar de cumprir a carga horária prevista no curso;3 - Deixar de utilizar materiais áudio-visual ou apostilas para o aprendizado do aluno;4 - Atraso para início da prestação do serviço;5 - Equipamentos de serviço fora das especificações, ou sem condições perfeitas de uso. |
|---|

Observação: A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências na mesma data.
--

MÓDULO 2: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Aferição: Condicionada à verificação pelo Fiscal Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência) que detalhará a ocorrência.
--

Itens a serem observados:

Deixar de:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">1 – Realizar as rotinas diárias na frequência estabelecida;2 – Preencher corretamente os formulários de controle de frequência dos alunos;3 – Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, quando houver qualquer anormalidade ou informação que possa vir a representar algum risco para que sejam adotadas as providências necessárias para regularização.4 – Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório.5 – Executar serviços fora dos padrões de qualidade e quantidade contratados e não os corrigir no prazo determinado pelo RESPONSÁVEL. (Por serviço inadequado).6 – Não executar o serviço no prazo estabelecido ou em prazo razoável a depender da situação de exceção no momento.7 – Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO ou abandoná-lo, sem motivo justificado ou determinação formal. (Por serviço não executado ou abandonado).8 - Negligência na execução dos serviços, assim entendidos ausências de responsável para execução do serviço, desatenção quanto às atividades e normas, falta de urbanidade no trato interpessoal e outras situações análogas. (Por ocorrência). |
|--|



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

- 9 - Não fornecer no prazo equipamento, EPI, para a realização do serviço ou não substituir quando necessário. (por serviço)
10 – Não providenciar substituição tempestiva de quaisquer ausências do responsável pelo serviço por absenteísmo. (Por unidade do serviço)
11 – Deixar de encaminhar à CONTRATANTE, ao fim do mês de prestação dos serviços, a documentação necessária para o pagamento e comprovação do serviço prestado.
12 – Deixar de atender as notificações da contratante no prazo estabelecido, incluindo-se neste caso a disponibilidade do preposto. (Por serviço solicitado).

Observação: A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências na mesma data.

3.2. Cada módulo, devido a sua importância, terá pesos diferenciados, conforme tabela abaixo:

MÓDULOS	PESO DA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	10	150
2	20	200
RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO		350

4. CRITÉRIOS DOS ITENS AVALIADOS

4.1. De acordo com as ocorrências constatadas na execução do contrato e, considerando os pesos de cada módulo, a pontuação mensal da contratada será avaliada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação mensal} = 350 - (\text{n}^\circ \text{ de Ocorrências do Módulo 1} \times 10 - \text{n}^\circ \text{ de Ocorrências do Módulo 2} \times 20)$$

4.2. Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 290 pontos.

4.3. O primeiro mês de contrato será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada.

4.4. A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

5. FORMA DE DIMENSIONAMENTO DOS PAGAMENTOS

5.1. As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte faixa de tolerância:

Faixa de Pontuação Obtida	Percentual de Desconto
350 A 310	0%
290 A 309	5%
Abaixo de 290	10%



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

5.2 Haverá possibilidade de rescisão contratual nas seguintes condições:

5.2.1. Desconto de 10% por mais de seis vezes durante a vigência inicial do Contrato ou nos últimos 12 meses, se houver prorrogação;

5.2.2. Pontuação abaixo de 250 pontos;

6. FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

MÓDULO 1 - AVALIAÇÃO DA ESCOLA	
Total de ocorrências	
Data de ocorrência	Descrição



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

MÓDULO 2: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	
Total de ocorrências	
Data de ocorrência	Descrição

NOTA FINAL	
PERÍODO DE AFERIÇÃO	
PONTUAÇÃO FINAL	Pontuação mensal = 350 - “nº de Ocorrências do Módulo 1” x 10 - “nº de Ocorrências do Módulo 2” x 20
Observações:	

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública, situada em Brasília/DF e a empresa_____, CNPJ nº_____, e, é parte integrante do contrato decorrente do Edital Pregão Eletrônico nº_____/2025, celebrado para prestação de serviços de curso de pilotos de aeronave de asa rotativa, a fim de atender às demandas da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, bem como o escopo do Plano Amas: “*Amazônia mais segurança*”.

7.2. Além disso, o espírito deste instrumento é clarear e solidificar o pactuado entre as partes, trabalhando juntos no provimento de serviços de qualidade e com eficiência visando garantias para o interesse público.

7.3. A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços. Brasília/DF, de xxxx de 2025.

CONTRATANTE

CONTRATADA



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

ANEXO III

1 Do Objeto:

Item	Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
1	Curso teórico e prático para piloto privado - helicóptero (PPH)	Curso	Definida em Termo de Referência
2	Curso teórico e prático para piloto comercial - helicóptero (PCH)	Curso	Definida em Termo de Referência
3	Curso teórico e prático de voo por instrumentos - helicóptero (IFRH)	Curso	Definida em Termo de Referência
4	Curso de Treinamento e Procedimento de Emergência - helicóptero (TPE)	Curso	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

1.1 **Definição do Objeto:** Contratação de empresa homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, para ministrar instruções teóricas e práticas de voo em helicópteros para formação de Pilotos. A finalidade é a obtenção da licença de Piloto Privado de Helicópteros (PPH), licença de Piloto Comercial de Helicópteros (PCH), o certificado de Habilitação Técnica de Voo por Instrumentos (IFR), bem como efetivar a prática com o Treinamento em Procedimento de emergência (TPE) para os servidores indicados por esta SENASP, visando o cumprimento das marcas exigidas pela legislação aeronáutica vigente e a obtenção das licenças acima mencionadas, conforme previsto no Manual de Curso de Piloto Privado - Helicóptero - MMA 58-4 (Aeronáutica), no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC– nº 61 – Subparte D, parágrafos 61.73 a 61.85[1], na IS n.º 61-002 – Revisão D, na IS n.º 61-006 – Revisão C, IS 141-007 - Revisão D, no Manual de Curso de Piloto Comercial de Helicóptero e no Manual de Curso de Voo por Instrumentos - MMA

*Esplanada dos Ministérios Ministério da Justiça - Anexo I - Brasília, DF, 70050-000 (61)
2025-2045*



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

58-9 (Aeronáutica) ou norma equivalente que o substitua e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 REQUISITOS TÉCNICOS E LEGAIS PARA A HABILITAÇÃO DE PILOTO PRIVADO

2.1 Os serviços a serem prestados, no tocante a habilitação de Piloto Privado, serão os seguintes:

2.1.1. Curso prático para a **formação de piloto privado-helicóptero**, em conformidade com o RBAC nº 61 (ANAC) e com o item 8.5 do Manual de Curso de Piloto Privado - Helicóptero - MCA 58-4 (Aeronáutica), devidamente homologado junto à ANAC, abrangendo pelo menos os seguintes aspectos:

2.1.1.1 **Curso teórico (Ground School)** relativo à aeronave a ser utilizada na instrução, ministrado aos pilotos indicados e destinado à familiarização com a aeronave a ser empregada no treinamento de voo, devendo envolver o estudo dos sistemas e componentes da aeronave tais como: estrutura, motorização, sistema elétrico, sistema de combustível, sistema de lubrificação, rotores, transmissão, comandos de voo, painel de instrumentos, procedimentos normais, anormais e de emergência previstos e aspectos relativos ao seu manual de vôo;

2.1.2 A contratada deverá fornecer todo o material individual necessário à execução dos cursos teóricos e práticos incluindo, no mínimo:

2.1.2.1 Material didático (apostilas) de todas as disciplinas:

- Regulamentos de Tráfego Aéreo;
- Teoria de Voo;



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

- Conhecimentos Técnicos (Motores a Reação);
- Meteorologia e Navegação (IFR);
- Navegação aérea; e
- Coletânea de questões PPH

2.1.2.2 Havendo necessidade, a empresa poderá ser acionada para oferecer instrução prática destinada à adaptação na aeronave a ser utilizada, incluindo cheque ou “recheque” no tipo perante a Agência Nacional de Aviação Civil, com um total de 05 (cinco) horas de voo para cada piloto indicado;

2.1.3 Realização de 40 (quarenta) horas de voo, por servidor-aluno, assim distribuídas:

- a) Instrução prática destinada ao atendimento das marcas de experiência e instrução para habilitação do piloto privado com 40 (quarenta) horas de instrução e voo solo. As horas totais devem incluir, pelo menos:
- b) 20 (vinte) horas de instrução duplo comando;
- c) 10 (dez) horas de voo solo diurno em helicóptero, incluindo 5 (cinco) horas de voo de navegação;
- d) 1 (um) voo de navegação de, no mínimo, 150 (cento e cinquenta) milhas náuticas, equivalentes a 270 (duzentos e setenta) quilômetros durante o qual se realizem, ao menos, 2 (duas) aterrissagens completas em aeródromos diferentes;
- e) a instrução de voo recebida em um dispositivo de treinamento por voo simulado, qualificado e aprovado pela ANAC, é aceitável até um máximo de 5



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

(cinco) horas e será acatado apenas se expressamente autorizado documentalmente pela contratante por condições climáticas adversas; e

f) 3 (três) horas de instrução em voo noturno, que incluam 10 (dez) decolagens e 10 (dez) aterrissagens completas, onde cada aterrissagem envolverá um voo no circuito de tráfego do aeródromo;

2.1.4. Pelo menos uma palestra, por piloto, sobre Segurança de Voo, a ser ministrada por um Agente de Segurança de Voo credenciado, com ênfase em voos em aeronaves policiais e seus riscos;

2.2 A contratada será responsável pelos processos e procedimentos necessários à execução do exame prático (cheque) visando a obtenção da licença de piloto privado helicóptero (PP-H) junto aos órgãos competentes;

2.3. A contratada deverá fornecer todo o material individual necessário à execução do curso prático incluindo, no mínimo:

2.3.1 Manuais da Aeronave empregada no treinamento de vôo; e

2.3.2 Check Lists da Aeronave.

3 REQUISITOS TÉCNICOS E LEGAIS HABILITAÇÃO PILOTO COMERCIAL

3.1 Os serviços a serem prestados, no tocante a habilitação de Piloto Comercial, serão os seguintes:

3.1.1 Curso Teórico de Piloto Comercial de Helicóptero – PCH, em conformidade com o RBAC nº 61 (ANAC) e a IS 141-007 D, devidamente homologado junto à ANAC.

3.1.2 A contratada deverá fornecer todo o material individual necessário à



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

execução dos cursos teóricos e práticos incluindo, no mínimo:

3.1.2.1 Material didático (apostilas) de todas as disciplinas:

- Regulamentos de Tráfego Aéreo;
- Teoria de Voo;
- Conhecimentos Técnicos (Motores a Reação);
- Meteorologia e Navegação (IFR);
- Navegação aérea; e
- Coletânea de questões PCH.

3.1.3 Curso Prático de Piloto Comercial de Helicóptero – PCH, em conformidade com as normas da ANAC, devidamente homologado junto à ANAC, abrangendo pelo menos os seguintes aspectos:

3.1.1 Se aplicável, Curso teórico (Ground School) relativo à aeronave a ser utilizada na instrução, ministrado aos pilotos indicados e destinado à familiarização com a aeronave a ser empregada no treinamento de voo, devendo envolver o estudo dos sistemas e componentes da aeronave tais como: estrutura, motorização, sistema elétrico, sistema de combustível, sistema de lubrificação, rotores, transmissão, comandos de voo, painel de instrumentos, procedimentos normais, anormais e de emergência previstos e aspectos relativos ao seu manual de voo.

3.1.2 Realização de 60 (Sessenta) horas de voo, por servidor-aluno, assim distribuídas:



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

- 40 (quarenta) horas como piloto em comando;
- 10 (dez) horas de voo de navegação como piloto em comando, que incluam um percurso de no mínimo 300 (trezentas) milhas náuticas, equivalentes a 540 (quinhentos e quarenta) quilômetros, durante o qual deve ter realizado aterrissagens completas em pelo menos 2 (dois) aeródromos diferentes;
- 10 (dez) horas de instrução de voo por instrumentos, das quais no máximo 5 (cinco) horas podem ser substituídas por instrução realizada em FSTD aprovado pela ANAC;
- de 05 (cinco) a 10 (dez) horas de voo noturno em que sejam realizadas 5 (cinco) decolagens e 5 (cinco) aterrissagens como piloto em comando; e,
- pelo menos 02 (duas) horas de voo de “cheque”.

4 Os serviços a serem prestados, no tocante a habilitação de Voo por Instrumentos (IFR), serão os seguintes:

4.1 Curso Teórico de Voo por instrumentos em Helicóptero (IFR) – com Certificado de Voo por instrumentos, homologado pela ANAC, fornecendo todo material didático para tanto – computador de voo incluso, em conformidade com as normas da ANAC.

4.2 Curso Prático de Voo por instrumentos em Helicóptero (IFRH) – com Certificado de Voo por instrumentos, homologado pela ANAC, fornecendo todo material didático para tanto, em conformidade com RBHA 141 e com o Manual de Curso de Voo por Instrumentos (MMA 58-9) e contemplando:

4.1.1 Se aplicável, Curso teórico (GroundSchool) relativo à aeronave a ser



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

utilizada na instrução, ministrado aos pilotos indicados e destinado à familiarização com a aeronave a ser empregada no treinamento de voo, devendo envolver o estudo dos sistemas e componentes da aeronave tais como: estrutura, motorização, sistema elétrico, sistema de combustível, sistema de lubrificação, rotores, transmissão, comandos de voo, painel de instrumentos, procedimentos normais, anormais e de emergência previstos e aspectos relativos ao seu manual de voo.

4.1.2 Havendo necessidade, a empresa poderá ser acionada para oferecer instrução prática destinada à adaptação ou readaptação na aeronave a ser utilizada, incluindo cheque ou “recheque” no tipo perante a Agência Nacional de Aviação Civil, com um total de 10 (dez) horas de voo para cada piloto indicado.

4.1.3 Instrução prática destinada ao atendimento das marcas de experiência e instrução de voo por instrumentos, necessárias para a obtenção da habilitação de voo por instrumentos em helicópteros (IFRH), conforme prevê a legislação pertinente, ou seja, o RBAC 61, A instrução prática deverá ser desenvolvida, no mínimo, a cada piloto indicado, nos termos da Instrução Suplementar – IS n.º 61-002, Revisão “C”, de 03 de Junho de 2015, 25 (vinte e cinco) horas de instrução por instrumentos (IFR) em helicóptero, e pelo menos 25 (vinte e cinco) horas de instrução em dispositivo de treinamento de aviação avançado (AATD – Advanced Aviation Training Device), divididas nas seguintes fases:

4.1.3.1 FASE I a – Instrução IFR Básica (AATD) – 10 (dez) horas;

4.1.3.2 FASE I b – Instrução IFR Básica (Helicóptero) – 10 (dez) horas;

4.1.3.3 FASE II a- Instrução IFR Avançada (AATD) – 10 (dez) horas;



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

- 4.1.3.4 FASE II b – Instrução IFR Avançada (Helicóptero) – 10 (dez) horas;
- 4.1.3.5 FASE III a- Instrução de Navegação IFR (AATD) – 05 (cinco) horas;
- 4.1.3.6 FASE III b- Instrução de Navegação IFR (Helicóptero) – 05 (cinco) horas.

4.2 Cada piloto policial indicado, durante a instrução prática, receberá de um instrutor de voo habilitado, no mínimo 25 (vinte e cinco) horas de instrução de voo por instrumentos, em duplo-comando, em aeronave da categoria para a qual é solicitada a habilitação, no caso, helicóptero, assim como receberá de um instrutor de voo habilitado, no mínimo 25 (vinte e cinco) horas de instrução em dispositivo de treinamento de aviação avançado (AATD – Advanced Aviation Training Device), conforme os patamares mínimos exigidos nos termos da Instrução Suplementar – IS n.º 61-002, Revisão “C”.

4.3 Ao final do treinamento os Pilotos deverão possuir as marcas previstas para a realização de cheque da habilitação de IFRH e serem capazes de demonstrar capacidade para executar os procedimentos e manobras especificados com grau de competência apropriado às prerrogativas que a habilitação de voo por instrumentos confere ao seu detentor, e para:

- 4.3.1 Operar a aeronave dentro de suas limitações de emprego;
- 4.3.2 Executar todas as manobras com suavidade e precisão;
- 4.3.3 Revelar bom julgamento e aptidão de pilotagem;
- 4.3.4 Aplicar os conhecimentos aeronáuticos e
- 4.3.5 Controlar a aeronave durante todo o tempo de voo, de modo que não ocorram dúvidas quanto ao êxito de algum procedimento ou manobra.



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

5 Aspectos Gerais

5.1 A Empresa deverá observar ainda os preceitos da Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), publicada na página 113 da Seção 1 do Diário Oficial da União nº 220, de 14 de novembro de 2012, referente à sustentabilidade ambiental.

5.1 O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela SENASP ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

5.2 As especificações previstas neste Termo de Referência contemplam as exigências mínimas previstas no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil – RBAC nº 61 (ANAC), no item 8.5 do Manual de Curso de Piloto Privado - Helicóptero - MMA 58-4 (Aeronáutica), na IS n.º 61002 – Revisão C, na IS n.º 61-006 – Revisão C, no Manual de Curso de Piloto Comercial de Helicóptero e no Manual de Curso de Voo por Instrumentos - MMA 58-9 (Aeronáutica), bem como a IS 141-007D, os quais tem por finalidade estabelecer as diretrizes que regem a concessão de habilitação de voo para pilotos de helicóptero, indispensáveis para que o objeto cumpra - legalmente - a finalidade de dar continuidade à formação de pessoal técnico especializado na área de aviação, para a manutenção e garantia da capacidade operacional dentro das Unidades Aéreas da Força Nacional de Segurança Pública e dos entes federativos, por meio da complementação do quadro de pilotos.

5.3 A Contratada deverá efetuar o pagamento das taxas referentes a:

5.3.1 Inscrição na banca de avaliação teórica da ANAC referente às matérias de PILOTO PRIVADO, COMERCIAL e VOO POR INSTRUMENTOS.



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

5.3.2 Taxa de exame de proficiência (cheque); e

5.3.3 Emissão das licenças de PILOTO PRIVADO, COMERCIAL e IFR.



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

TREINAMENTO DE PROCEDIMENTO DE EMERGÊNCIA EM HELICÓPTERO

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Treinamento de procedimentos de emergência - helicópteros	Curso	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

1.1 **Definição do Objeto**: Contratação de Escola/Centro de Treinamento de Aviação homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), com experiência comprovada em treinamento de procedimentos de emergência em helicóptero do tipo HB/AS 350 para pilotos de aeronave de asa rotativa, para atendimento de demandas da Coordenação de Aviação da Força Nacional de Segurança Pública e dos entes federativos, mediante as exigências, especificações e condições deste anexo e do Termo de Referência vinculado.

2 Requisitos Técnicos e Legais:

2.1 A empresa contratada deverá:

2.1.1 Apresentar, no mínimo, um atestado de capacidade técnica ou declaração expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou ou está executando adequadamente os serviços constantes no Termo de Referência.

2.1.2 A escola deverá comprovar, à época da assinatura do contrato, ser exploradora, e/ou proprietária de, no mínimo, 01 (uma) aeronave tipo HB/AS
Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares – LT13/14 – Lago Sul – Brasília-DF,
70037-900 – (61) 2024-9540



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

350 devidamente registrada no Registro Aeronáutico Brasileiro – RAB como aeronave de instrução, e com seguros vigentes e aeronavegável.

3 Conteúdo Relacionado à Execução do Treinamento:

3.1 A instrução deverá ser desenvolvida em duas fases.

3.1.1 Instrução Teórica

3.1.1.1 Deverá ser realizado um briefing com a duração de no mínimo quatro horas-aula com a finalidade de discutir as principais características do voo em situação anormal ou de emergência, e as técnicas de pilotagem para a realização das diversas manobras previstas.

3.1.2 Instrução Prática

3.1.2.1 O objetivo da instrução prática é desenvolver no aluno a perícia necessária para realizar as diversas manobras, com segurança, mas procurando aproximar-se dentro do possível das condições de uma falha real e respeitando os limites estabelecidos pelo fabricante no Manual de Voo da aeronave.

3.1.2.2 O curso deverá ser desenvolvido dentro de um total de no mínimo 01 (uma) hora de aula teórica (briefing) e 3 (três) horas de voo por aluno.

3.1.2.3 A grade curricular do curso deverá contemplar no mínimo as seguintes manobras:

- a) Transparência de Servo Comandos;
- b) Demonstração da estabilidade dinâmica;
- c) Pouso Corrido;
- d) Voo sem hidráulico;
- e) Pouso corrido sem hidráulico;



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

- f) Perfil de decolagem;
- g) Diagrama altura x velocidade;
- h) Testes dos sistemas;
- i) Voo pairado, giros e deslocamentos dentro do efeito solo (DES*) sem hidráulico;
- j) Demonstração de pouso sem os pedais;
- k) Voo e pouso com o governador em emergência (efetivo/real);
- l) Pouso sem pedais (efetivo /real);
- m) Falha no sistema hidráulico;
- n) Falha no governador;
- o) Falha no comando de passo do r/c;
- p) Perda de tração do r/c;
- q) Falha de motor em voo cruzeiro;
- r) Autorrotação real com pouso – direta – de 90°, 180° e 360°;
- s) Falha de motor na decolagem;
- t) Autorrotação na decolagem com 0, 10, 20, 30, 40, 50 e 60 Kt;
- u) Falha de motor durante o taxi Falha de motor;
- v) Falha de motor no pairado dentro do efeito solo;
- w) Falha de motor no pairado fora do efeito solo;
- x) Falha de motor na aproximação.
- y) Pouso sem pedais (efetivo/real);
- z) Autorrotação real direta com pouso;
- aa) Demonstração de autorrotação na decolagem
- bb) Autorrotação no pairado DES (dentro do efeito solo);



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Aviação

- cc) Autorrotação na aproximação;
- dd) Autorrotação no pairado FES (fora do efeito solo) no limite do diagrama Altura X Velocidade.

3.2 Avaliação de aprendizagem é contínua e ao término de cada instrução deverá o instrutor executar o debriefing e informar ao aluno detalhadamente seu desempenho no voo e nível de resposta do mesmo ao efetuar uma determinada manobra.

3.3 Os profissionais indicados pela Coordenação de Aviação da DFNSP deverão estar habilitados ou já ter sido habilitados no HB/AS 350.

3.4 Deverão, ainda, estar com o Certificado Médico Aeronáutico (CMA) de 1ª classe válido.

3.5 Ao aluno que completar com aproveitamento a instrução prática, será conferido o certificado correspondente.

4 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais didáticos (apostilas, livros e etc.) necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA

Ata de Registro de Preços 13/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2025	200331-SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	MARCUS ANTONIO LIMA MOREIRA	13/02/2026 15:00 (v 1.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Capacitação	210/2025	08106.001504/2025-37

1. Do objeto



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE GESTÃO DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º.....

A União, representada pelo **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, por intermédio da **SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 201, Zona Cívico-Administrativa, na cidade de Brasília/DF, CEP 70.064-900, inscrita sob o CNPJ nº XX.XXX.XXX/000X-XX, neste ato representada (o) pela (o) Diretora (o) do Fundo Nacional de Segurança Pública, a senhora (o) **XXXXXXXX**, nomeada (o) pela Portaria nº XXX, de XX de mês de 20XX, publicada no DOU de XX de e mês de 20XX, Edição XX, Seção XXX, página XXX (XXXX), com competência subdelegada no Art. 1º da Portaria nº XXX /20XX de XX de e mês de 20XX (XXXXX), portadora (o) da Matrícula Funcional nº XXXXXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 08/2025, publicada no..... de...../...../202....., processo administrativo n.º 08106.001504/2025-37, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e conforme as disposições a seguir:

1- DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços de ensino para formação de pilotos em vários níveis, tais como piloto privado e comercial de helicóptero, bem como Voo por Instrumentos e de emergência (TPE), para atender a demanda da Coordenação de Aviação da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, no escopo do Plano Amas: "Segurança e Soberania", especificado(s) no(s) item(ns) 1 a 4 do 1.1 Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº...../2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. Dos preços, especificações e quantitativos

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, o (s) fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
Item	Objeto	CATSER	Und	Quantidade Gerenciador	Quantidade Partícipes	Total Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	und	112	160	272		
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	und	112	168	280		
3	Curso de voo por instrumentos (IFR) -(Teórico + Prático)	17710	und	58	196	254		
4	Curso de Treinamentos e Procedimentos de Emergências para Asa Rotativa (TPE) em Aeronave do tipo Esquilo (AS350 ou H125) - (Teórico + Prático)	17710	und	120	230	350		
Total				402	754	1.156		

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. Órgão(s) gerenciador(es) e participante(s)

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública

Item	Descritivo	Unidade	Quantidade
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero - (Teórico + Prático)	unid.	112
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero - (Teórico + Prático)	unid.	112
3	Curso de voo por instrumentos (IFR) -(Teórico + Prático)	unid.	58
4	Curso de Treinamentos e ProcedimentosS de Emergências para Asa Rotativa (TPE) em Aeronave do tipo Esquilo (AS350 ou H125) - (Teórico + Prático)	unid.	120

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

UF	ÓRGÃO PARTICIPANTE	UASG	ITEM 1	ITEM 2	ITEM 3	ITEM 4
PR	Superintendência Regional da Receita Federal 9ª RF	170156	6	6	6	0
MA	Secretaria de Estado de Segurança Pública	450955	5	9	5	0
MS	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	452105	0	0	3	6

CE	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	452984	10	12	12	32
PR	Secretaria de Estado de Segurança Pública	453079	14	14	16	0
AM	Polícia Militar do Estado do Amazonas	458494	2	2	2	2
RR	Corpo de Bombeiro Militar de Roraima	462492	4	4	4	4
RN	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	925535	5	0	0	0
TO	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins	925957	2	4	4	8
TO	Polícia Militar do Estado do Tocantins	925960	2	2	2	2
RO	Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania	925986	2	3	3	5
DF	Polícia Civil do Distrito Federal	926015	0	0	11	11
TO	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins	926070	4	4	4	4
GO	Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás	926903	5	5	11	5
RO	Polícia Militar do Estado do Rondônia	927005	4	5	0	0
RR	Polícia Civil do Estado de Roraima	927020	8	8	8	8
AM	Secretaria de Estado de Segurança Pública	927025	5	5	10	10
GO	Polícia Civil do Estado de Goiás	927104	3	4	0	7
RJ	Corpo de Bombeiros Militar Do Estado do Rio de Janeiro	930104	10	10	10	29
RO	Polícia Civil do Estado de Rondônia	927323	4	4	2	2
SE	Fundo Especial para a Segurança Pública	927586	2	2	2	2
GO	Polícia Militar do Estado de Goiás	927619	4	4	8	12
RR	Fundo Estadual de Segurança Pública do Estado de Roraima	927916	6	6	6	6
BA	Polícia Militar da Bahia	927888	20	20	28	15
RO	Fundo Estadual de Segurança Pública	928093	3	5	5	10
DF	Casa Civil do Distrito Federal	928311	0	0	4	0
AC	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	929777	0	0	0	5
ES	Núcleo de Operações e Transporte Aéreo do Estado do Espírito Santo	925792	10	10	10	21
AL	Departamento Estadual de Aviação	932181	10	10	10	10
BA	Polícia Civil do Estado da Bahia	463073	10	10	10	14
TOTAL			160	168	196	230

4. Da adesão à Ata de Registro de Preços

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

5. Validade, formalização da ata SRP e cadastro reserva

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

- Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. Alteração ou atualização dos preços registrados

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrado

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. Negociação dos preços registrados

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Remanejamento das quantidades registradas na ata SRP

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. Cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. Das penalidades

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. Condições gerais

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e assinada ELETRONICAMENTE e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
X	Especificação	Unidade	QuantidadeMáxima	Quantidade Mínima	Valor Un

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
X	Especificação	Unidade	QuantidadeMáxima	Quantidade Mínima	Valor Un

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAMUEL SOUZA DA SILVA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 13/02/2026 às 15:00:55.

MARCUS ANTONIO LIMA MOREIRA

Integrante administrativo



Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 14:34:11.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA

Contrato 18/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2025	200331-SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	MARCUS ANTONIO LIMA MOREIRA	14/05/2026 14:25 (v 0.15)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Capacitação	210/2025	08106.001504/2025-37

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE GESTÃO DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

TERMO DE CONTRATO Nº XX/20XX
(SERVIÇO)

TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇO QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,
REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, POR INTERMÉDIO DO (A)
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

A União, representada pelo **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, por intermédio da **SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 201, Zona Cívico-Administrativa, na cidade de Brasília/DF, CEP 70.064-900, inscrita sob o CNPJ nº XX.XXX.XXX/000X-XX, neste ato representada pela Diretora (o) do Fundo Nacional de Segurança Pública, a senhora (o) **XXXXXXXXXX**, nomeada pela Portaria nº XXX, de XX de mês de 20XX, publicada no DOU de XX de e mês de 20XX, Edição XX, Seção XXX, página XXX (XXXX), com competência subdelegada no Art. 1º da Portaria nº XXX/20XX de XX de e mês de 20XX (XXXXX), portadora (o) da Matrícula Funcional nº XXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o (a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] (XXXXX) **OU** [procuração apresentada nos autos] (XXXXX), tendo em vista o que consta no Processo n.º 08106.001504/2025-37 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Homologação (XXXX), e Ata de Registro de Preços nº XX/20XXX (XXXX), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de ensino para formação de pilotos em vários níveis, tais como piloto privado e comercial de helicóptero, bem como Voo por Instrumentos e de emergência (TPE), para atender À demanda da

Coordenação de Aviação da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, no escopo do Plano Amas: "Segurança e Soberania", nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Objeto	CATSER	Und	Quantidade	Valor Unitário R\$	Total
1	Curso de Piloto Privado de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	und	272		
2	Curso de Piloto Comercial de Helicóptero - (Teórico + Prático)	17710	und	280		
3	Curso de voo por instrumentos (IFR) -(Teórico + Prático)	17710	und	254		
4	Curso de Treinamentos e Procedimentos de Emergências para Asa Rotativa (TPE) em Aeronave do tipo Esquilo (AS350 ou H125) - (Teórico + Prático)	17710	und	350		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.2. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO [A3] ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [200331] – Secretaria Nacional de Segurança Pública;

II) Fonte de recursos: [096];

III) Programa de trabalho: [06 181 5116 2B00 0001];

IV) Elemento de despesa: [33.90.39]; e

V) Plano interno: [SP99LS9NAMA]; e

VI) Nota de empenho: [SERÁ INFORMADO QUANDO HOUVER A EMISSÃO DA NE];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAMUEL SOUZA DA SILVA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 14:25:24.

MARCUS ANTONIO LIMA MOREIRA

Integrante administrativo



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 11:28:22.